

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UNESPAR -
CAMPUS PARANAGUÁ**

**PARANAGUÁ, PR
2020**

FORMULÁRIO PARA PROPOSTAS DOS PPC'S DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNESPAR

1. CURSO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CURSO	PEDAGOGIA	
ANO DE IMPLANTAÇÃO	1963	
CAMPUS	PARANAGUÁ	
CENTRO DE ÁREA	HUMANAS E CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	
CARGA HORÁRIA	ACC 200 Estágio Supervisionado 480 Total Horas/aula: 4176	ACC 240 horas/relógio Estágio Supervisionado 400 horas/relógio Total Horas Relógio - 3480
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	3480	
HABILITAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Licenciatura	<input type="checkbox"/> Bacharelado
REGIME DE OFERTA	<input checked="" type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais; <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas semestrais; <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto).	

1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS

TOTAL DE VAGAS OFERTADAS ANUALMENTE		
PERÍODO DE FUNCIONAMENTO/VAGAS POR PERÍODO	<input type="checkbox"/> Matutino <input checked="" type="checkbox"/> Vespertino <input checked="" type="checkbox"/> Noturno <input type="checkbox"/> Integral	Número de vagas: Número de vagas: 40 Número de vagas: 40 Número de vagas:
INTEGRALIZAÇÃO	Mínimo: 4 anos	Máximo: 6 anos

2. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

✓ DE CRIAÇÃO DO CURSO

- Decreto nº 47.667 de 19/01/1960

- ✓ DE AUTORIZAÇÃO DO CURSO
 - Decreto-lei nº 47.667, de 19 de janeiro de 1960, publicado no Diário Oficial da União, da mesma data, concedeu autorização de funcionamento dos cursos solicitados.
- ✓ DE RECONHECIMENTO DO CURSO
 - Decreto nº 7067, de 12/05/2010
- ✓ BÁSICA
 - Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015
 - Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006
 - Deliberação CEE-PR nº 02/2009: Normas para a organização e a realização de Estágio obrigatório e não obrigatório na Educação Superior [...];
 - Deliberação CEE-PR nº 02/2015: Normas estaduais para Educação em Direitos Humanos.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

JUSTIFICATIVA

A Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (FAFIPAR) foi criada pelo Decreto nº 4.144 de 13/08/1956, autorizada pelo Decreto nº 47.667 de 19/08/1960 e reconhecida pelo Decreto nº 54.355 de 30/09/1964.

Em 13 de agosto de 1956, foi empossado o primeiro Diretor da Faculdade, Dr. Antônio Olímpio de Oliveira, designado pelo Decreto nº 24.818, de 14 de julho do mesmo ano.

Em 13 de junho de 1959, o Governador do Estado do Paraná concedeu delegação de amplos poderes ao Diretor da FAFIPAR para requerer, em nome do Estado, autorização de funcionamento dos cursos de História, Letras Neolatinas, Pedagogia, Matemática e Letras Anglo-Germânicas.

Diante disso, o Dr. Antônio Olímpio de Oliveira, em nome da entidade mantenedora do estabelecimento, que é o Governo do Estado do Paraná e, tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 421, de 11 de maio de 1938, alterado pelo Decreto-lei 2.076, de 08 de março de 1940, requereu, no dia 29 de julho de 1959, autorização de funcionamento dos cursos supra-referidos.

Pelo Processo nº 100-110/59 do Ministério da Educação e Cultura correu o pedido de funcionamento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, tendo a Comissão de Ensino Superior, por meio do Parecer nº 620, de 14 de dezembro de 1959, por unanimidade de votos opinando favoravelmente, “depois de devidamente apreciado o projeto

de Regimento pela douta Comissão de Estatutos e Regulamentos e Regimentos”.

A referida Comissão, pelo Parecer nº 625, de 14 de dezembro de 1959, igualmente aprovado por unanimidade, após examinar o Regimento da Faculdade, manifestou-se a favor da concessão de autorização de seu funcionamento.

No dia 19 de janeiro de 1960, o Senhor Presidente da República, pelo Decreto-lei nº 47.667, publicado no Diário Oficial da União, da mesma data, concedeu autorização de funcionamento dos cursos solicitados.

No dia 03 de fevereiro de 1960, a Faculdade iniciou suas atividades, sob calendário especial, baixado pela Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

Ainda em 1960, foram realizados os primeiros concursos de habilitação, para os primeiros anos dos cursos de História, Letras Neolatinas, Pedagogia, Matemática e Letras Anglo-Germânicas, anteriormente, autorizados pela Presidência da República.

Já em 1961, a Faculdade funcionou com os primeiros e segundos anos dos cursos acima mencionados e, em 1963, colou grau a primeira Turma de Bacharéis, nos diversos cursos em funcionamento desde 1960.

Em 21 de dezembro de 1970, pelo Decreto nº 21.970, a FAFIPAR foi instituída como Fundação de Direito Público e em 16 de junho de 1991, de acordo com Lei nº 9.663 ela foi transformada em Autarquia.

Em de 25 de outubro de 2001 foi criada pela Lei Estadual nº 13.283, Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), uma instituição de ensino superior pública e gratuita, com sede no Município de Paranavaí e, alterada pela Lei Estadual nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001, Lei Estadual nº 15.300, de 28 de setembro de 2006 e pela Lei Estadual nº 17.590, de 12 de junho de 2013. A UNESPAR Está vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e Ensino Superior (SETI) onde tem assegurado orçamento próprio.

Em 05 de dezembro de 2013, por força do Decreto Estadual 9.538, a UNESPAR constitui-se em uma das sete universidades estaduais públicas do Paraná, abrangendo os seguintes campi: Curitiba I, Curitiba II, Campo Mourão, Apucarana, Paranavaí, Paranaguá, União da Vitória e a Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar de Guatupê, unidade especial, vinculada academicamente à UNESPAR. Conta com sessenta e oito cursos de graduação, sendo trinta e oito licenciaturas e trinta bacharelados.

Atualmente, o campus de Paranaguá oferece aos sete municípios da região litorânea sete cursos, sendo três de Bacharelados e quatro Licenciaturas, assim subdivididos: Bacharelados em Administração; em Ciências Contábeis e em Ciências Biológicas. Licenciaturas Plenas em Matemática; História; Letras – Habilitação; Português e Respectivas Literaturas e

Habilitação; Português, Inglês e Respectivas Literaturas e Pedagogia.

A UNESPAR satisfaz os referenciais de qualidade para ensino, extensão e pesquisa em nível superior e tem como missão gerar e difundir conhecimento científico, artístico-cultural, tecnológico e a inovação, nas diferentes áreas do saber, para a promoção da cidadania, da democracia, da diversidade cultural e do desenvolvimento humano e sustentável, em nível local e regional.

A reformulação justificou-se pela necessidade de adequação aos novos marcos legais que orientam os cursos de licenciatura, de modo especial, a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Nacionais Curriculares para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

O curso de Pedagogia no Brasil foi instituído a partir do final do século XIX, sendo os professores formados pela Escola Normal (BRZEZINSKI, 1996). De acordo com Tanuri (2000), na década de 1930, a Escola Normal foi substituída pelos Institutos de Educação nos quais a formação do professor primário se dava em dois anos e eram ofertadas tanto as disciplinas tradicionalmente conhecidas como Fundamentos quanto às de Metodologia de Ensino.

O Instituto de Educação, além da graduação, oferecia, também, cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e extraordinários. Este foi o modelo pensado para a criação do curso de Pedagogia no conjunto da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, cujo objetivo era a formação de professores para do ensino secundário. O curso de Pedagogia tinha entre seus objetivos iniciais a formação de professores para a Escola Normal e os Institutos de Educação.

O primeiro curso superior de formação de professores foi criado em 1935, quando a Escola de Professores (como era chamada), foi incorporada à Universidade do Distrito Federal (UDF). Nesse período, a Faculdade de Educação passou a conceder “licença magistral” para àqueles que obtivessem na universidade a “licença cultural”.

Com a extinção da UDF, em 1939, e a anexação de seus cursos à Universidade do Brasil, a Escola voltava a ser integrada ao Instituto de Educação, por meio do Decreto-lei n. 1.190 de 04 de abril de 1939, a partir da organização da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Segundo Silva (1999), o curso de Pedagogia cuja duração era de três anos e mais um para aperfeiçoamento em Didática, tinha por intuito a formação de bacharéis e licenciados para várias áreas, inclusive o setor pedagógico.

O curso de Didática, no 4º ano, destinado a todos os cursos de licenciatura, contava com

as seguintes disciplinas: Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação, Fundamentos Sociológicos da Educação. Ao bacharel em Pedagogia bastava cursar as duas primeiras, pois o restante das disciplinas já estava contemplado no curso. O bacharel em Pedagogia era preparado para ocupar cargos técnicos da educação, enquanto o licenciado era destinado à docência. Estabelecia-se, portanto, uma dicotomia que aqui aprofundava a relação teoria e prática. Parte-se do pressuposto que a ação educativa é em si condicionada pela dimensão socio-histórica e econômica que direciona a formação humana a partir da realidade na qual está mergulhada produzindo os modos de ser, sentir e viver de cada sociedade. Sendo assim, Sánchez Vásquez (1968, p. 141-142) nos lembra que:

a produção se correlaciona, em primeiro lugar, com a necessidade. O homem é um ser de necessidades, e exatamente por isso produz para satisfazê-las. O animal também tem necessidades e, de certo modo, também produz. Mas o modo de se relacionarem a necessidade e a produção modifica os termos dessa relação. No animal, como acentua Marx é direta, imediata e unilateral, e, além disso, o primeiro termo determina o segundo, pois o animal só produz sob o império da necessidade. No homem essa relação é mediata, já que só satisfaz a necessidade na medida em que já perdeu seu caráter físico, imediato. Para que o homem satisfaça propriamente suas necessidades ele tem que libertar-se delas, superando-as, ou seja, fazendo com que percam seu caráter meramente natural, instintivo, e se tornem especificamente humanas. (o animal produz de forma unilateral, enquanto a produção do homem é universal. [...]).

Compreende-se então que o ser humano é um sujeito ético dotado da capacidade de criação e de produção intelectual e material que determina a sua consciência em determinado momento histórico.

Não há um consenso entre os pesquisadores quanto à identidade do pedagogo. De acordo com Silva (1999), o curso de Pedagogia desde seu nascimento enfrentou um período de incerteza, de discussão e de questionamentos se realmente ele tinha um conteúdo próprio que justificasse a sua criação e permanência. O referido autor menciona que costumeiramente se divide a discussão sobre a identidade do pedagogo em quatro períodos cronológicos, os quais levam em consideração a característica de cada época.

O **primeiro período corresponde desde 1939 a 1972** é considerado das regulamentações. Nesta época, o Conselheiro Valnir Chagas, a fim de auxiliar o curso de Pedagogia que apresentava deficiências quanto à sua identidade, pois não conseguia perceber a expansão do campo de atuação dos profissionais em educação, lançou mão de vários decretos, os quais tinham por intuito atribuir uma definição ao curso e uma destinação profissional aos

seus egressos.

Neste período a única coisa que se tinha clareza com relação ao curso era que cabia ao licenciado atuar em sala de aula e ao bacharel cabiam as funções técnicas, no Ministério da Educação, provavelmente. Nas funções como inspeção (existente desde o século XIX), coordenação pedagógica, organização burocrática do sistema de ensino, entre outras funções.

A partir de 1961, o curso de Pedagogia permaneceu com o esquema 3+1 (três anos de bacharelado e mais um ano de didática), embora, o Parecer 251/62, Valnir Chagas, tenha pensado uma diferença entre os níveis de formação para professores e especialista, esta discussão não avança em função da adoção da concepção tecnicista na formação de professores.

No período de 1960-1964, prevalece à concepção tecnicista com base na necessidade urgente tanto de formar trabalhadores para o mercado capitalista, como de educadores formadores, uma vez que o Brasil vivia fase de desenvolvimento e de progresso e necessitava formar pessoas qualificadas para atender ao mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, ampliar o número de pedagogos para atender a demanda.

Diante das necessidades do mercado de trabalho foi elaborado em 1969, pelo Conselheiro Valnir Chagas, o Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) n. 252/69, que propõe uma reformulação no curso de Pedagogia. O referido Parecer visava à formação do professor para o Ensino Normal (licenciado) e de especialistas para as atividades de orientação, de administração, de supervisão e de inspeção dentro das escolas e do sistema escolar. Houve, também, a reformulação do currículo, o qual foi estruturado para uma base comum de estudos e, aos especialistas, ofertada uma habilitação específica para os conjuntos de tarefas. O que se tinha era um curso de pedagogia que apresentava um perfil enciclopédico, por conta da diversidade de especialidades ofertadas.

Segundo Silva (1999), o Parecer CFE n. 252/69, contribuiu para a deterioração do curso, aquilo que era para ser a solução de um problema do pedagogo continuou sem solução, pois o mercado de trabalho (devido à falta de escolas), não conseguia absorver tantos profissionais, principalmente os especialistas formados pelo curso de Pedagogia.

O segundo período, denominado de identidade projetada, abrange os anos de 1973 a 1978 e é quando, em parte, se concretiza as previsões do Conselheiro Valnir Chagas, ou seja, a tarefa anteriormente concentrada no curso de Pedagogia desdobrou-se em variadas alternativas de habilitações tornando parte do que chamou de licenciatura das áreas pedagógicas. Além desse aspecto de redefinição do curso, continuou o questionamento: qual seria a identidade do curso e do professor formado em Pedagogia?

As discussões a respeito de tais questões eram realizadas nos fóruns e trilhavam

caminhos opostos aos interesses do Estado e de sua concepção tecno-burocrática na qual não incluía a participação dos educadores na definição da política educacional.

Somente no **terceiro período que vai de 1979-1988** é que se discutem as propostas e a identidade do pedagogo. Nessa fase os debates se acirram com a participação de professores e estudantes universitários em defesa do curso de Pedagogia, transformando a partir daí, num primeiro momento, num movimento de resistência às reformas, dentro de um contexto de luta contra a ditadura imposta pelo regime militar e, num segundo momento (1980), o de elaboração de propostas no anúncio de redemocratização.

Durante o decorrer de 1980 esse movimento recebeu diferentes denominações até firmar-se como Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE). É justamente em seu interior que discussões sobre temas diversos referente à educação vão ser travadas por educadores das mais variadas tendências políticas, tais como: a universalização do ensino, ensino de qualidade, Educação de Jovens de Adultos (EJA), inserção de alunos com deficiência em sala comum, redemocratização de ensino, a gestão participativa, o conselho de classe, dentre outros assuntos.

Em 1980, foi realizada a I Conferência Brasileira de Educação, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), momento em que o MEC retoma as discussões acerca das indicações do CFE n. 67/75 e n. 70/76. Os participantes dessa reunião se organizaram, iniciando uma mobilização a nível nacional, cujo resultado interferiu nos rumos que tomariam as discussões do MEC.

Assim, a origem do movimento foi marcada pela união de integrantes da conferência, oriundos de vários pontos do país que, a partir da articulação de comitês regionais, formaram o Comitê Nacional Pró-Reformulação do Curso de Formação de Educadores. No início, participaram desse movimento apenas alguns professores e estudantes, mas, ao longo do tempo, novas adesões começam a ocorrer, contando, inclusive, com a participação de representantes de outras licenciaturas.

Ao ser consolidado o movimento, esse Comitê desempenha um papel relevante na definição das normas para formação dos profissionais da educação, pois suas ações passam a ser reconhecidas tanto pelo MEC como pelo CFE, graças ao seu posicionamento em meio a estes órgãos.

Conforme Silva (1999), as discussões realizadas, em âmbito regional e nacional, resultaram na elaboração de documentos que apontavam a complexidade do assunto. Para a autora, a questão da identidade do pedagogo e do curso de Pedagogia constituía no ponto central das discussões.

Em 1981, foi produzido um documento pelo Comitê Pró-participação de Reformulação dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura – Regional de São Paulo, que conferiu viabilidade ao movimento. Este documento teve por intuito nortear os rumos dos trabalhos desenvolvidos dali para frente, cuja referência inicial foi o material produzido em 1975, intitulado: *“Proposta alternativa para a reformulação dos cursos de Pedagogia e licenciaturas (Anteprojetos)”*.

A proposta supracitada indicava uma profunda redefinição não apenas nos cursos de Pedagogia, mas, também, na relação estabelecida entre o destino do bacharelado e licenciatura, já que considerava que todo professor é também um educador. Esta ideia de formar professor, enquanto educador, tendo a docência como base da identidade do pedagogo a partir de um núcleo comum foi mantida, apenas mudava-se o nome para “base comum”.

Segundo Silva (1999, p. 66), “deveria supor sempre uma base de estudos que conduzisse à compreensão da problemática educacional brasileira” e que pudesse ir além da compreensão intervindo ou ajustando à nova realidade conforme fosse necessário.

Esta ideia permanece em pauta até hoje e defende que os diversos cursos de formação dos profissionais da educação sejam organizados a partir de um núcleo comum para os diferentes níveis e modalidades de ensino.

De acordo com Brzezinski (1996), a partir da década de 80, os educadores, passaram a escrever sua própria história, não só por meio do diálogo, mas, também, pelos conflitos, constituindo não apenas movimentos ou organizações, mas, inserido nos movimentos sociais que caminhavam rumo a “redemocratização” e de resistência ao autoritarismo imposto pela ditadura militar.

Somente em novembro de 1983, conseguiu-se uma proposta de reformulação dos cursos de Pedagogia e licenciaturas que ficou conhecida como *“Documento Final de 1983”*. A partir deste documento não se questionou a Pedagogia enquanto curso, ou a sua existência, porém, outras questões são trazidas ao palco da discussão, como a do profissional a ser formado, a identidade e a estruturação do curso.

Essas discussões, não caminharam para uma redefinição da legislação sobre o assunto, mas foi feita uma tentativa de conciliar a aplicação dos princípios firmados ao longo do processo. Em vista disto, várias instituições iniciaram o processo de reformulação dos cursos, com a finalidade de amenizar os efeitos do tecnicismo sobre a educação e, principalmente, no assunto que se referia a formação dos professores.

De acordo com Silva (1999), a tentativa de delinear o profissional a ser formado, assim como a de estruturar o curso, levou a um “esgotamento das possibilidades de tentar encontrar ou definir a identidade do pedagogo. Desta maneira, a questão da identidade do pedagogo

continuou não esclarecida.

Em que pese todo o debate feito na década de 80 sobre o profissional a ser formado nos cursos de Pedagogia, no **quarto período**, esta questão foi retomada a partir da nova orientação dada pela reestruturação do Estado nacional e nele a formação do professor como um componente estruturador no que tange a universalização do Ensino Fundamental.

A questão da formação de profissionais para a Educação Básica, é marcada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEn) nº 9.394/1996 com a introdução de novos indicadores, especialmente o artigo 62, que introduzia os Institutos Superiores de Educação (ISEs), como um dos locais possíveis, além das universidades, de formação para professores para atuar na educação básica.

No artigo 63, inciso I, incluía dentre as atribuições destes institutos, a manutenção do curso Normal Superior para formação de docentes para Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, abrindo também a possibilidade de formação pedagógica aos portadores de diplomas de qualquer nível superior que quisessem se dedicar ao magistério na Educação Básica (art. 63, Inciso II).

Com essa nova possibilidade de formação de professores, a discussão sobre as necessidades ou não do curso de Pedagogia voltava à tona, dando margem, inclusive, a especulações sobre a sua extinção, uma vez que neste contexto a pergunta que se colocava era “qual será, então, a função do curso de Pedagogia?”.

Com todo este embaraço estabelecido, criava-se uma grande expectativa a respeito do mesmo e, somente em 1998, depois de muita a pressão, foi nomeado uma Comissão de Especialistas do curso de Pedagogia a quem coube a difícil tarefa de intermediar os conflitos surgidos em decorrência da LDB/96.

Frente ao exposto, a ANFOPE, em seu IX Encontro Nacional, realizado em Campinas em 1998, redigiu um documento intitulado “*Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação dos Profissionais da Educação*”, em que insistia que o local privilegiado de formação de professores para atuação na educação básica e superior deveria ser a universidade, com a indicação para que fosse superada a fragmentação existente entre as habilitações, assim como a dicotomia existente entre pedagogos e os demais licenciados.

Estes são os dois únicos limites fixados no documento, que defendeu como princípio o respeito às iniciativas das instituições para organizar suas propostas curriculares, levando em conta a base comum nacional e considerando a “docência como base da identidade profissional de todos os profissionais da educação” (SILVA, 1999, p. 79).

A proposta elaborada pela Comissão de Especialistas do curso de Pedagogia baseada

neste documento da ANFOPE, divulgado em 6 de maio de 1999, antes de ser encaminhado ao Conselho Nacional de Educação (CNE), ficou retido na Secretaria de Ensino Superior (SESu), do Ministério da Educação.

De acordo com Silva (1999), o documento supracitado definiu o perfil comum do pedagogo da época ou sua identidade como: profissional habilitado a atuar no ensino, na organização e gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação, tendo a docência como base obrigatória de sua formação e identidade profissional (BRASIL, 1999a). Questão esta que só começa efetivamente a ser resolvida pelas Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia de maio de 2006.

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Licenciatura em Pedagogia promulgada em 2006 deixam claro que a identidade do curso de Pedagogia seria pautada na docência, implicando a licenciatura como identidade consequente do pedagogo. As habilitações foram extintas e o curso de licenciatura em Pedagogia deveria agora formar integralmente para o conjunto das funções a ele atribuídas. Quanto ao papel do pedagogo agora deveria ter uma formação teórica, diversidade de conhecimentos e de práticas, que se articulam ao longo do curso.

Por ter uma formação mais abrangente, o pedagogo ainda continuava sendo formado para atuar em espaços escolares, dentro e fora da sala de aula e, também, em outros espaços onde se tornasse necessário a sua presença. Sua importância se fez notória graças a uma formação integral, onde campos de conhecimento como a História, a Psicologia, a Sociologia, a Filosofia e a Política, fazem parte do rol das disciplinas integrantes do currículo dos cursos. Outra questão ressaltada na referida Diretrizes é a reafirmação das universidades como local privilegiado de formação de professores.

É mister salientar de que revisitar a história do Curso de Pedagogia tornou-se relevante para a identidade do curso na UNESPAR Campus Paranaguá, reconhecendo as diversas tendências que predominaram ao longo da existência da História da Educação no Brasil e que influenciaram na construção das concepções que permearam o Curso de Pedagogia dessa instituição.

É importante reconhecer que como uma instituição plural, tem-se a noção da diversidade de ideias, de práticas pedagógicas e forma de interpretação do conhecimento e da realidade que existe no Curso de Pedagogia da Unespar – campus Paranaguá. Assim, a concepção presente na construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), é fundamentada numa análise crítica da realidade da educação brasileira que pressupõe a formação do educador como um dos instrumentos de transformação social.

Nessa perspectiva, o PPC de Licenciatura do Curso de Pedagogia da UNESPAR – campus Paranaguá, atende o estabelecido pela Resolução nº 2 de 1º de julho de 2015 do Conselho Nacional de Educação que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, em seu artigo 4º, o qual menciona que

A instituição de educação superior que ministra programas e cursos de formação inicial e continuada ao magistério, respeitada sua organização acadêmica, deverá contemplar, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão para garantir efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Desta forma, está em consonância com o estipulado pelo estatuto da UNESPAR no que se refere à missão definida no Artigo 2º,

Gerar e difundir o conhecimento científico, artístico-cultural, tecnológico e a inovação, nas diferentes áreas do saber, para a promoção da cidadania, da democracia, da diversidade cultural e do desenvolvimento humano e sustentável, em nível local e regional, estadual, nacional e internacional (UNESPAR, 2015).

Além disso, o referido PPC atende, também o disposto pela Resolução CNE nº 2/2015, em seu art. 13, § 2º, o qual reza que

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004 e Deliberação CEE/PR, de 04 aprovada em 02 de agosto de 2006, que institui as normas complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de

História e Cultura Afro-brasileira e Africana, estão contempladas nas disciplinas Sociedade e Cidadania; Sociologia da Educação e Metodologia do Ensino da História.

Quanto à Inclusão no Ensino Superior fundamenta-se na Lei nº 13.146/2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência) conhecimentos pertinentes ao público alvo da educação especial, ou seja, a pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação serão abordados no âmbito da disciplina de Fundamentos da Educação Especial Inclusiva, bem como, em seminários e atividades extensionistas.

A disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005:Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, bem como, o Parecer CEE CES – PR Nº. 23/2011: Inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como disciplina nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura, bacharelado, tecnologia e sequenciais de formação específica; também é contemplada no curso de Pedagogia da UNESPAR-Paranaguá.

No que diz respeito à Educação Ambiental, o Curso de Pedagogia da UNESPAR-Paranaguá, atende o disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências e no Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências, bem como na Deliberação CEE/PR Nº 04/2013: Normas estaduais para a Educação Ambiental, por meio da disciplina Metodologia do Ensino das Ciências Naturais e Educação Ambiental, disciplina ofertado no 3º. Ano do curso. Além disso, o acadêmico pode cursar a disciplina Educação Ambiental, na condição eletiva em outros cursos do campus.

No que concerne a Educação em Direitos Humanos, nos termos da Resolução 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, bem como, na Deliberação CEE/PR Nº 02/2015: Normas estaduais para a Educação em Direitos Humanos, o tema será tratado na disciplina optativa, Educação em Direitos Humanos, disciplina ofertada no segundo ano do curso, bem como será tratado transversalmente ao longo do curso.

É importante salientar que o curso de Pedagogia da UNESPAR Campus Paranaguá, tem como principal objetivo formar cidadãos críticos, capazes de refletirem e agirem de forma consciente sobre a prática educativa. Esta reflexão busca não somente promover o desenvolvimento desse sujeito, mas, também inseri-lo na comunidade em que vive.

Desta forma, o desafio do Curso de Pedagogia da UNESPAR Campus Paranaguá é formar

sujeitos capazes de produzir ações e saberes, conscientes do seu compromisso social e político e, esse tipo de ação, estará presente desde os primeiros momentos de sua formação inicial.

Para que isso se torne possível é necessário que tantos os professores como os alunos superem a visão dicotômica, que de um lado se coloca a teoria e de outro a prática, historicamente presente no processo de ensino-aprendizagem, o que torna fundamental uma concepção de currículo que leve em conta as experiências vivenciadas no âmbito educacional, de modo a proporcionar aos alunos a reflexão-ação-reflexão.

Assim, destaca-se a importância da formação para atuação, conforme o estabelecido pela Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, que em seu art. 4^o menciona:

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

Neste sentido, a UNESPAR na qualidade de instituição superior pública de caráter eminente social, procura prioritariamente defender um ensino público de qualidade, o acesso e a permanência do aluno com responsabilidade social e ético. Além do que, deve garantir democraticamente a tríade ensino, pesquisa e extensão, bem como a socialização e a construção do conhecimento numa perspectiva de formação inicial e continuada.

Assim, o curso de licenciatura de Pedagogia a fim de garantir o acesso e permanência do acadêmico na Universidade é ofertado em dois períodos (vespertino e noturno), haja vista que o público atendido pelo curso de Pedagogia da Unespar é composto por alunos trabalhadores e alunos que estiveram afastados do ambiente acadêmico há muitos anos, por várias razões, assim se o ingresso no ensino superior representa para esses sujeitos a concretização de um

¹ No âmbito deste PPC não está prevista a formação para atuação em disciplinas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, bem como os cursos de Educação Profissional, pelo fato de, na região do Litoral, não haver mais a oferta de cursos de formação de professor na modalidade normal.

direito, por outro, nem sempre é fácil garantir sua permanência até a finalização do curso, especialmente, no primeiro ano, pois conforme Ezcurra (2009, p. 112), é um período de transição e adaptação ao mundo universitário. O que mais garante a permanência é uma boa educação e a aula constitui num momento decisivo, sobretudo para os alunos que trabalham e têm pouco tempo para os estudos, tornando-se “quase o único lugar onde se encontram com seus pares e com os docentes”. Neste sentido, os alunos ao ingressarem no Curso de Pedagogia são recepcionados pelo colegiado de Pedagogia e convidados a participar de grupos de estudos organizado pelos professores nas mais diversas áreas do conhecimento.

Embora a universidade tenha envidado esforços para atender a política de permanência proposta pelo PDI, há que se reconhecer que o Campus Paranaguá, ainda não atende os critérios necessário para permanência do aluno, tais como: Restaurante Universitário, Bolsa Permanência, moradia estudantil, entre outros.

É mister salientar, ainda, que o acesso do acadêmico no Curso de Pedagogia da Unespar – campus Paranaguá se dá via vestibular unificado e ofertas de vagas disponibilizadas pelo SISU.

Neste sentido, o curso de Pedagogia tem por intuito possibilitar a formação integral, humana e profissional, que contribua para o processo de emancipação dos sujeitos, voltada ao trabalho docente na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental. Desta forma, considera-se, o trabalho um princípio educativo desta formação.

A formação propiciada no âmbito do Curso de Pedagogia- Campus Paranaguá, está direcionada para o mundo do trabalho de modo que, o acadêmico ao sair do curso tenha as condições necessárias para compreender as constantes transformações que ocorrem no seu campo de atuação. Assim, seu processo formativo explicita uma sólida contribuição teórico e acadêmica que o permita fazer uma leitura mais ampliada e aprimorada da realidade, compreendendo as nuances entre mercado e mundo do trabalho. Sendo assim, neste PPC assume-se como objetivo geral formar o Pedagogo numa perspectiva de totalidade do trabalho pedagógico para atuar na docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; da Educação Infantil; no âmbito da Gestão Pedagógica e, em espaços de Educação formal e não formal, o qual se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- Interrelacionar a produção do conhecimento à concepção de mundo, de ser humano e de organização social, voltados para a compreensão do mundo de trabalho.
- vivenciar a interdisciplinaridade resultante da elaboração coletiva dos princípios teórico-metodológicos norteadores dos conteúdos e atividades do

curso;

- compreender Educação como prática social de caráter intrinsecamente humano que ocorre em espaços formais e não formais;
- entender a Educação Escolar como um processo intencional, formalmente sistematizado a partir das contribuições da Filosofia e das Ciências Humanas;
- reconhecer a Escola intimamente relacionada com seu entorno social, polo aglutinador, articulador, mantenedor e recriador de valores e práticas sociais características dos diversos grupos que a constitui com as especificidades do litoral paranaense;
- presenciar o movimento da cultura escolar existente nas esferas da organização administrativa e pedagógica;
- formar o docente baseado em conhecimentos filosóficos e científicos permeado pelo ensino, pesquisa e extensão;
- habilitar o graduado para uma formação nas diferentes áreas do saber escolar, tornando-o um profissional competente;
- proporcionar ao acadêmico a vivência profissional em espaços de educação infantil, ensino fundamental anos iniciais e gestão.

METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os pressupostos teórico-metodológicos assumidos neste PPC é consoante com a prática pedagógica articulada à formação integral do acadêmico. Para tanto, o eixo metodológico parte da articulação entre teoria e prática, na medida em que se entende que uma não se dá sem a outra.

Nesse direcionamento, os pressupostos teóricos relacionam-se aos desafios e demandas colocadas pela atual realidade atendendo os seguintes princípios: domínio teórico-metodológico dos paradigmas que analisam e explicam o fenômeno educativo em geral, permitindo a compreensão de sua natureza histórica e dos pressupostos que têm fundamentado a prática educativa em diferentes contextos espaço-temporais; formação profissional ampla, capacitando este profissional a atuar nos sistemas educacionais e nas funções pedagógica-administrativas da escola e de outras instâncias educativas que requeiram conhecimentos pedagógicos.

Esses princípios direcionam a formação dos profissionais em educação para a compreensão e análise crítica da prática educativa, permitindo a este sujeito atuar em diferentes dimensões do trabalho, quais sejam: a docência, a investigação, o planejamento e a

gestão democrática. A necessidade de inserir no campo de atuação desde os primeiros anos do curso, direciona os esforços das práticas formativas à incorporação da tríade: ensino, pesquisa e extensão, na qual a pesquisa da prática pedagógica, bem como, as ações extensionistas se configuram como elementos necessários à formação do acadêmico. Para tanto, a concepção metodológica pressupõe um processo de trabalho contínuo, coletivo e integrado na interlocução entre a comunidade acadêmica.

Assumir essa concepção requer dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem o alargamento das perspectivas teórico-metodológicas, permitindo a articulação entre pensamento e ação concreta, cuja finalidade suscite novas sínteses que apontem para diferentes possibilidades teórico-práticas, sem descartar o conhecimento já existente e, ao incorporá-lo, se busque a superação das condições dadas.

Os fundamentos que pautam a concepção metodológica assumida no âmbito deste PPC se traduzem na seguinte organização curricular:

- **Núcleo de Estudos Básicos** composto de das seguintes unidades: Unidade dos Fundamentos Didáticos e da Educação; Unidade de Pesquisa Educacional; Unidade das Metodologias e Conteúdos de Ensino.
- **Núcleo de Aprofundamento de Estudos em Gestão:** Unidade de Gestão Educacional.
- **Núcleo de Aprofundamento de Estudos Teórico-metodológicos:** Unidade de Estágio Curricular Supervisionado.
- **Núcleo de Estudos da Educação e Diversidade:** Unidade de Educação e Diversidade.
- **Núcleo de Estudos Integradores:** Unidade de Atividades Articuladoras.

Para atender a essa demanda organizacional a concepção metodológica delineadora deste PPC explicitam conteúdos curriculares direcionados para os seguintes eixos:

- **Formação geral**
 - Disciplinas de caráter obrigatório que visam à fundamentação teórica do aluno do Curso de Pedagogia e futuro professor da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental sobre as questões educacionais do ponto de vista histórico, filosófico, sociológico, biológico e psicológico.
- **Formação específica;**
 - Disciplinas de caráter obrigatório que visam a instrumentalização do aluno e futuro professor em relação a conteúdos e metodologias aplicados ao ensino, referentes à Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
- **Formação pedagógica;**

- Disciplinas de caráter obrigatório que visam à formação política, crítica e didático-pedagógica de modo que propiciam conhecimentos que orientam o futuro professor nas questões relacionadas ao processo de ensino aprendizagem, quanto à elaboração de planejamentos e planos de aulas.
- **Formação complementar;**
 - Disciplinas de caráter obrigatório que visam à reflexão das diversidades culturais e da inclusão, do manejo e habilidades em relação alguns conhecimentos da tecnologia educacional, noções básicas de gestão educacional, leitura e produção textual, bem como, o preparo do futuro professor para a prática das pesquisas em educação.
- **Formação para ênfase e aprofundamento**
 - Disciplinas de caráter obrigatório que tratam da gestão educacional, contemplando a participação no planejamento, execução e avaliação do ensino e de projetos pedagógicos, na esfera da instituição escolar e das políticas educacionais.
- **Conteúdo de estudos integradores**
 - Reúne as disciplinas obrigatórias que abordam temas atuais no campo educacional, possibilitando a integração entre as diferentes disciplinas de cada núcleo.

Nesta concepção teórica metodológica define-se que o **Estágio Curricular Supervisionado** envolve tanto a formação para o magistério da educação infantil, como dos anos iniciais do ensino fundamental e da gestão educacional, tendo como parâmetro fundante a legislação vigente para a área.

Quanto às **Atividades Complementares** com base na concepção assumida entende-se que essas são de caráter obrigatório, cujo objetivo seja proporcionar atividades de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural.

No que se refere à **Pesquisa da Prática em Educação** assume-se essa como um componente curricular que será vivenciado pelo aluno obrigatoriamente ao longo do curso. A prática acontecerá no interior das principais disciplinas eleitas e configuradas no currículo pleno do Curso de Pedagogia e transcenderá a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e do próprio sistema de ensino.

AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Na concepção de ensino que se adota nesse projeto, é necessário que se assuma a avaliação

como um elemento do processo de ensino-aprendizagem, pois se for tratada a parte do processo, como instrumento disciplinador, seletivo, classificatório, não perderá seu caráter autoritário e de exclusão e não possibilitará a socialização do conhecimento.

Deve-se compreender que a avaliação está sempre vinculada a concepção que se tem de mundo, de sociedade, de homem e, por fim, de educação e de ensino. É por meio dela que se reafirma a concepção de ensino adotada. Segundo Luckesi (1986, p. 23), “a avaliação não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico do mundo e da educação traduzido em prática pedagógica”.

Como um dos elementos do processo educativo, a avaliação não é neutra. Para Vasconcellos (1998), a avaliação é, antes de tudo, uma questão política, ou seja, está relacionada ao poder, aos objetivos, às finalidades, aos interesses que estão em jogo no trabalho educativo. Numa sociedade de classes, não há espaço para neutralidade e posicionar-se como neutro, diante dos interesses conflitantes, é estar a favor da classe dominante, que não quer que os outros interesses prevaleçam sobre os seus. Nesse sentido, compreende-se que a avaliação pode assumir tanto um papel conservador quanto um papel transformador da ordem social.

Neste curso defendemos que a avaliação deve se dar numa perspectiva de transformação social, voltada à emancipação humana assumindo uma função fundamentalmente diagnóstica e mediadora valorizando as atividades de pesquisa, extensão individual e coletiva revelando a dinâmica de visões de mundo presentes para professores e alunos além do fomento de atitudes de respeito mútuo à pluralidade divergentes, expresso na escolha de instrumentos de avaliação pautados pela concepção da diversidade como base para um convívio democrático e cidadão. Sendo assim, não se devem considerar apenas os resultados, mas o processo de desenvolvimento, construção e de conclusão da atividade proposta.

A avaliação é um processo de captação das necessidades a partir do confronto da situação atual com a situação desejada, visando uma intervenção na realidade para favorecer a aproximação entre ambas. (VASCONCELLOS, 1998). A avaliação deve ocorrer ao longo do processo de ensino-aprendizagem, não havendo espaço para ser realizada apenas em determinados momentos, por meio de provas. Isso impede a análise e intervenção pedagógica no processo, não dando ao aluno oportunidade de avançar e do professor de detectar as necessidades e reorientar sua prática, retomando o processo rumo a superação dos obstáculos.

Frente ao exposto o curso de Pedagogia da UNESPAR Campus Paranaguá assume a avaliação nas seguintes funções: somativa, diagnóstica e formativa que está assim estruturada:

- A avaliação do rendimento escolar será realizada em cada disciplina, em função de seu

aproveitamento verificado em provas, pesquisas, atividades pedagógicas e extra-classe e outros trabalhos escolares incluindo frequência.

- As notas bimestrais e de exames finais serão expressas numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), permitida a fração de 0,5 (meio ponto).
- Considerando a flexibilização do currículo e da prática pedagógica, bem como, a dimensão processual da avaliação da aprendizagem, poderão ocorrer avaliações semestrais.
- A média final de aproveitamento do aluno é o resultado da média aritmética dos pontos obtidos nos quatro bimestres cursados.
- Será aprovado na disciplina o aluno que obtiver média final igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares.
- Prestará exame final na disciplina o aluno que obter média anual igual ou superior a 4,0 (quatro vírgula zero) e frequência igual ou superior a setenta e cinco (75%), devendo obter a média aritmética de 6,0 (seis vírgula zero) com a nota do exame.
- A média mínima exigida para a aprovação em exame final será de 6,0 (seis vírgula zero) da média aritmética entre a nota do exame e a média final.

Ainda no que refere a avaliação e integralização do curso, bem como a flexibilização do Regimento Interno da Unespar quanto à antecipação de disciplinas, dispensa de disciplinas e disciplinas com pré-requisitos, TCC, Pesquisa da Prática em Educação, Estágio Supervisionado, destaca-se que:

- o acadêmico somente poderá apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso quando matriculado regularmente no 4º ano do Curso e não tiver pendência em disciplinas dos anos anteriores;
- as disciplinas que possuem itens I e II, possuem pré-requisitos que deverão ser cumpridos sequencialmente;
- antecipação de disciplinas somente poderão ocorrer após a análise do Colegiado com o aval dos professores efetivos responsáveis pela disciplina mediante a disponibilidade de vagas;
- as dispensas de disciplinas só ocorrerão, posteriormente, a análise do Colegiado e com o aval dos professores efetivos responsáveis pela disciplina considerando a compatibilidade com a matriz curricular.

Quanto à avaliação do curso se dará a partir dos resultados da autoavaliação que é parte

integrante do seu processo de implementação e consolidação. A autoavaliação possibilita diagnosticar possíveis lacunas, demandas e potencialidades, aspectos básicos no redirecionamento das ações em busca de uma formação de professores que atenda as necessidades educacionais e sociais contemporâneas.

A autoavaliação do curso de Pedagogia Unespar – campus Paranaguá será realizada em consonância com as normas do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), Exame Nacional de Cursos (ENADE) e outras modalidades de avaliação.

PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL

O profissional formado no curso de Licenciatura, tendo a docência como base obrigatória de sua formação deverá de acordo com o artigo 5º das Diretrizes do Curso, estar apto a

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;

III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;

VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental- ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

4. ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO

DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS				
Área/Matéria	Código	Disciplinas	H/A	H/R
1. de Formação GERAL (de acordo com a diretriz nacional)	FILOED	Filosofia da Educação	144	120
	HISTED	História da Educação	144	120
	PPED	Políticas Públicas da Educação (I e II)	144	120
	SOCIED	Sociologia da Educação	144	120
	PSCED	Psicologia da Educação (I e II)	144	120
	GED	Gestão Educacional I e II	144	120
	FMEDI	Fundamentos Metodológicos da Educação Infantil	72	60
	MEART	Metodologia do Ensino da Arte na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	72	60
	MELP	Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	72	60
	MECNEA	Metodologia do Ensino das Ciências Naturais e Educação Ambiental na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	72	60
	MEGEO	Metodologia do Ensino de Geografia na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	72	60
	MEHIS	Metodologia do Ensino de História na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	72	60
	MEMAT	Metodologia do Ensino de Matemática na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	72	60
	ALFL	Alfabetização e Letramento	72	60
	COMO	Corpo e Movimento	72	60
	DIDA	Didática I e II	144	120
TOPC	Tópicos em Currículo	72	60	
MPCED	Metodologia da Pesquisa Científica em Educação	72	60	
	PPRAED	Pesquisa e Prática em Educação I, II, III	846	705
Subtotal			2646	2205

2. de formação DIFERENCIADA (Forma o perfil específico de cada campus)	TAED	Tecnologias aplicadas à Educação	144	120
	LPTA	Leitura e Produção de Texto Acadêmico	72	60
	FMEDEI	Fundamentos Metodológicos da Educação Especial Inclusiva	108	90
	LIBRAS	Libras	72	60
	EDRER	Educação, Diversidade e Relações étnico-raciais	72	60
	FEDCA	Fundamentos da Educação do Campo	144	120
Subtotal			612	510
3. Disciplinas Optativas		Optativa I e II	144	120
Subtotal			144	120
Estágio e TCC	ESTGES	Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Educacional	240	200
	ESTEDI	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	240	200
	TCC	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	72	60
Subtotal			552	460
Atividades Acadêmicas Complementares	AAC		240	200
Subtotal			240	200
TOTAL			4194	3495

- Carga horária computadas com horas de prática e extensão universitária.

DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS								
NÚCLEO DE ESTUDOS BÁSICOS								
Unidade dos Fundamentos da Educação	Teórica H/A	Teórica H/R	Prática H/A	Prática H/R	Ext. H/A	Ext. H/R	Total H/A	Total H/R
Filosofia da Educação	144	120	0	0	0	0	144	120
História da Educação	144	120	0	0	0	0	144	120
Políticas Públicas da Educação (I e II)	144	120	0	0	0	0	144	120
Sociologia da Educação	144	120	0	0	0	0	144	120
Psicologia da Educação (I e II)	144	120	0	0	0	0	144	120
Subtotal	720	600	0	0	0	0	720	600
Unidade dos Fundamentos Didáticos e da Educação	Teórica H/A	Teórica H/R	Prática H/A	Prática H/R	Ext. H/A	Ext. H/R	Total H/A	Total H/R
Didática I e II	144	120	0	0	0	0	144	120
Tópicos em Currículo	72	60	0	0	0	0	72	60
Tecnologias aplicadas à Educação	72	60	72	60	0	0	144	120
Subtotal:	288	240	72	60	0	0	360	300
Unidade de Pesquisa Educacional	Teórica H/A	Teórica H/R	Prática H/A	Prática H/R	Ext. H/A	Ext. H/R	Total H/A	Total H/R
Metodologia da Pesquisa Científica em Educação	72	60	0	0	0	0	72	60
Leitura e Produção de Texto	72	60	0	0	0	0	72	60
Subtotal:	144	120	0	0	0	0	144	120
Unidade das Metodologias e Conteúdos de Ensino	Teórica H/A	Teórica H/R	Prática H/A	Prática H/R	Ext. H/A	Ext. H/R	Total H/A	Total H/R
Alfabetização e Letramento	72	60	0	0	0	0	72	60
Corpo e Movimento	72	60	0	0	0	0	72	60
Fundamentos Metodológicos da	72	60	0	0	0	0	72	60

Educação Infantil								
Metodologia do Ensino da Arte na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	72	60	0	0	0	0	72	60
Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	72	60	0	0	0	0	72	60
Metodologia do Ensino das Ciências Naturais e Educação Ambiental na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	72	60	0	0	0	0	72	60
Metodologia do Ensino de Geografia na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	72	60	0	0	0	0	72	60
Metodologia do Ensino de História na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	72	60	0	0	0	0	72	60
Metodologia do Ensino de Matemática na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	72	60	0	0	0	0	72	60
Subtotal:	648	540	0	0	0	0	648	540
NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS EM GESTÃO								
Unidade de Gestão Educacional	Teórica H/A	Teórica H/R	Prática H/A	Prática H/R	Ext. H/A	Ext. H/R	Total H/A	Total H/R
Gestão Educacional I e II	144	120	0	0	0	0	144	120
Subtotal:	144	120	0	0	0	0	144	120
NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS								
Unidade de Estágio Curricular Supervisionado	Teórica H/A	Teórica H/R	Prática H/A	Prática H/R	Ext. H/A	Ext. H/R	Total H/A	Total H/R
Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Educacional							240	200
Estágio Curricular							240	200

Supervisionado em Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental								
Subtotal:							480	400
NÚCLEO DE ESTUDOS DA EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE								
Unidade de Educação e Diversidade	Teórica H/A	Teórica H/R	Prática H/A	Prática H/R	Ext. H/A	Ext. H/R	Total H/A	Total H/R
Fundamentos Metodológico da Educação Especial Inclusiva	72	60	18	15	18	15	108	90
Libras	72	60	0	0	0	0	72	60
Educação, Diversidade e Relações étnico-raciais	72	60	0				72	60
Fundamentos da Educação do Campo	72	60	36	30	36	30	144	120
Subtotal:	288	240	54	45	54	45	396	330
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES								
Unidade de Atividades Articuladoras	Teórica H/A	Teórica H/R	Prática H/A	Prática H/R	Ext. H/A	Ext. H/R	Total H/A	Total H/R
Pesquisa da Prática em Educação I, II, III	216	180	360	300	270	225	846	705
Optativa I e II	144	120	0	0	0	0	144	120
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	72	60	0	0	0	0	72	60
Atividades Complementares							240	200
Subtotal:	432	360	360	300	270	225	1302	1085
TOTAL	2664	2220	486	405	324	270	4194	3495

5. DISTRIBUIÇÃO ANUAL/SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS

Código	Disciplina	Pré-requisito (Código)	Carga Horária				Total da Carga Horária		Forma de Oferta		
			Teórica	Prática	Extensão	Semestral (S)			Anual (A)		
1ª SÉRIE											
			H/A	H/R			H/A	H/R			
FILOED	Filosofia da Educação	-	144	120	-	-	144	120		A	
HISTED	História da Educação	-	144	120	-	-	144	120		A	
PPEDI	Políticas Públicas da Educação I	-	72	60	-	-	72	60		A	
SOCIED	Sociologia da Educação	-	144	120	-	-	144	120		A	
PSCEDI	Psicologia da Educação I	-	72	60	-	-	72	60		A	
MPCED	Metodologia da Pesquisa Científica em Educação	-	72	60	-	-	72	60		A	
LPTA	Leitura e Produção de Texto Acadêmico	-	72	60	-	-	72	60		A	
Subtotal			720	600	-	-	720	600			
2ª SÉRIE											
			Teórica		Prática		Extensão		Total C.H		Forma de Oferta
			H/A	H/R	H/A	H/R	H/A	H/R	H/A	H/R	
PPEDI	Políticas Públicas da Educação II	PPE DI	72	60	-	-	-	-	72	60	A
DIDAI	Didática I	-	72	60	-	-	-	-	72	60	A
TOPC	Tópicos em Currículo	-	72	60	-	-	-	-	72	60	A
FMEDI	Fundamentos Metodológicos da Educação Infantil	-	72	60	-	-	-	-	72	60	A
PPRAEDI	Pesquisa da Prática em Educação I	-	72	60	144	120	90	75	306	255	A
FEDCA	Fundamentos da Educação do Campo	-	72	60	36	30	36	30	144	120	A
GEDI	Gestão Educacional I	-	72	60	-	-	-	-	72	60	A
PSCEDI	Psicologia da Educação II	PSC EDI	72	60	-	-	-	-	72	60	A
OPTI	Optativa I	-	72	60					72	60	A
OPTII	Optativa II	-	72	60					72	60	A
Subtotal			720	600	180	150	126	105	1026	855	
3ª SÉRIE											
			Teórica	Prática	Extensão	Total C.H					



			H/A	H/R	H/A	H/R	H/A	H/R	H/A	H/R	Forma de Oferta
MELP	Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	-	72	60	-	-	-	-	72	60	A
MECNEA	Metodologia do Ensino das Ciências Naturais e Educação Ambiental na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	-	72	60	-	-	-	-	72	60	A
MEHIS	Metodologia do Ensino de História na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	-	72	60	-	-	-	-	72	60	A
MEMAT	Metodologia do Ensino de Matemática na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	-	72	60	-	-	-	-	72	60	A
ALFL	Alfabetização e Letramento	-	72	60	-	-	-	-	72	60	A
MEGEO	Metodologia do Ensino de Geografia na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	-	72	60	-	-	-	-	72	60	A
PPRAEDII	Pesquisa da Prática em Educação II	PPRAED I	72	60	144	120	108	90	324	270	A
DIDAI	Didática II	DIDA I	72	60	-	-	-	-	72	60	A
GEDII	Gestão Educacional II	GED I	72	60	-	-	-	-	72	60	A
ESTEDI	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	FMED I	-	-	240	200	-	-	240	200	A*
Subtotal			648	540	384	320	108	90	1140	950	
4ª SÉRIE											
			Teórica		Prática		Extensão		Total C.H		Forma de Oferta
			H/A	H/R	H/A	H/R	H/A	H/R	H/A	H/R	
EDRER	Educação, Diversidade e Relações Étnico-Raciais	-	72	60	-	-	-	-	72	60	A
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais	-	72	60	-	-	-	-	72	60	A
ESTGES	Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Educacional	GEDII	-	-	240	200	-	-	240	200	A*
PPRAED III	Pesquisa da Prática em Educação III	PPRAED II	72	60	72	60	72	60	216	180	A
TAED	Tecnologias Aplicadas à Educação	-	72	60	72	60	-	-	144	120	A

PROGRAD

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



UNESPAR
Universidade Estadual do Paraná

COMO	Corpo e Movimento	-	72	60	-	-	-	-	72	60	A
MEART	Metodologia do Ensino da Arte na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	-	72	60	-	-	-	-	72	60	A
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso	-	72	60	-	-	-	-	72	60	A
FMEDEI	Fundamentos Metodológicos da Educação Especial Inclusiva	-	72	60	18	15	18	15	108	90	A
Subtotal			576	480	402	335	90	75	1068	890	
			TOTAL Teórica		TOTAL Prática		TOTAL Extensão		TOTAL GERAL C.H		
			H/A	H/R	H/A	H/R	H/A	H/R	H/A	H/R	
TOTAL GERAL			2664	2220	966	805	324	270	3954	3295	
AAC	ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES	-	-		240	200	-	-	240	200	A*
TOTAL DA CARGA HORÁRIA EM HORAS AULA											
DETALHAMENTO											
TOTAL DA CARGA HORÁRIA EM HORAS/AULA										4194	
CARGA HORÁRIA EM HORAS/AULA CONVERTIDA PARA HORAS/RELÓGIO										3495	

6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

DISCIPLINA:	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO		
C/H TOTAL:	72 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
<p>EMENTA: Abordagem histórica da alfabetização no contexto educacional brasileiro. Processos de alfabetização e alternativas metodológicas. A função social da escrita em uma sociedade letrada. Aquisição e desenvolvimento da escrita. Encaminhamento metodológico da alfabetização na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. Estudo da aquisição da leitura e da escrita como processo de alfabetização na perspectiva do letramento: uma metodologia de alfabetização a partir do texto. Tendências epistemológicas e suas respectivas concepções de língua, de linguagem para o processo de ensino e de aprendizagem. Atividades Práticas de Alfabetização.</p>			
<p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concepções, natureza e condicionantes do processo de Alfabetização e letramento: implicações na prática pedagógica. • Natureza e contexto histórico da alfabetização. • Métodos de alfabetização: aspectos históricos e pedagógicos. • Alfabetização na visão psicogenética: Piaget e Emília Ferreiro • Novos olhares sobre alfabetização. • As políticas e as práticas de alfabetização • Alfabetização, educação e sociedade. • Primeiros contatos com o texto escrito e primeiras tentativas de escrita • A cognição humana e a construção do conhecimento: como a criança aprende. • A formação do professor alfabetizador; • Hipóteses de escrita. • Primeiras tentativas de escrita; • Desenvolvimento da escrita; • A representação da linguagem e o processo de alfabetização. • Processo de produção de textos; • Reestruturação de texto – trabalhando com o erro do aluno • Leitura na alfabetização • Tipologia textual e suas aplicações em classes de alfabetização • A leitura e a formação do leitor na escola. • Alfabetização de jovens e adultos • Contexto histórico – o método Paulo Freire; • Diferenças estratégicas para a construção da escrita e da leitura em referencia à criança; • Abordagem teórica e metodológica da alfabetização de jovens e adultos. 			
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e linguística. São Paulo: Scipione, 1992. (Série pensamento e ação no magistério). CARVALHO, Marlene. Guia prático do alfabetizador. São Paulo: Ática, 1994.</p>			

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Marlene, **Alfabetizar e letrar**: um diálogo entre a teoria e a prática: Petrópolis: Vozes, 2010.

CURTO, Lluís Maruny; MORILLO, Maribel Ministral; TEIXIDÓ, Manuel Miralles. **Escrever e ler como as crianças aprendem e como o professor pode ensiná-las a escrever e a ler**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

FARIA, Ana Lúcia Goulart; MELLO, Suely Amaral. **O mundo da escrita no Universo da pequena infância**. Campinas: Autores Associados, 2005.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre a alfabetização**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

DISCIPLINA:	CORPO E MOVIMENTO		
C/H TOTAL:	72 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
<p>Pressupostos teórico-metodológicos para o processo de desenvolvimento e conhecimento do corpo relacionado ao movimento na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Os fundamentos teórico-práticos da psicomotricidade e a relação entre o agir, o sentir e o pensar. O movimento e a ludicidade como forma de expressão, afetividade, imaginação, e construção da identidade e da cultura. A psicomotricidade: contribuições de Wallon, Piaget e Vigostsky. As bases do desenvolvimento psicomotor. Abordagens metodológicas: planejamento e avaliação direcionada ao desenvolvimento motor infantil. Concepções de corpo, infância e educação na história da educação brasileira. A institucionalização da infância e a escolarização do corpo. Corpo e movimento no contexto de formação de professores(as). Corpo e movimento, brincadeira e brinquedo e a relação com a cultura.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • Concepções de corpo, infância, educação. • Corpo e movimento, brincadeira e brinquedo e a relação com a cultura. • Conceitos e a importância da ludicidade, motricidade e psicomotricidade. • A ludicidade e a educação. Aspectos motores e psicomotores. • O movimento e o corpo. A psicomotricidade e a aprendizagem. • Orientações didáticas, planejamento e avaliação para o ensino da educação infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos, 1981.</p> <p>LAPIERRE, André; AUCOUTURIER, Bernard. A simbologia do movimento, psicomotricidade e educação. São Paulo: Manole, 1986.</p> <p>LE BOULCH, Jean. Educação psicomotora: a psicomotricidade na idade escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BENJAMIN, Walter. Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação. 34. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2002.</p> <p>GALLAHUE, David L. Compreendendo o desenvolvimento motor: 2. ed.. São Paulo: Phorte, 2003.</p> <p>PICOLLO, Vilma. Corpo em Movimento na Educação Infantil. São Paulo: Cortez, 2012.</p>			

SANTA, Marli Pires dos Santos. **A ludicidade como ciência**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOARES, Carmen Lúcia. **Imagens da educação no corpo**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

DISCIPLINA:		DIDÁTICA I			
C/H TOTAL:		72 h			
C/H TEÓRICA:	72	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	0
		C/H SEMIPRESENCIAL: 0			
EMENTA:					
<p>A história da “didática” e o surgimento da didática moderna. A Didática no contexto e das ciências humanas e seus debates contemporâneos. O processo de ensino-aprendizagem e suas relações políticas, culturais e sociais como objeto de análise. As tendências pedagógicas. A cultura escolar. Os estudantes, culturas juvenis e escola na periferia.</p>					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:					
<ul style="list-style-type: none"> • A didática: sua história e seus debates nas ciências humanas. • As tendências pedagógicas. • O ofício docente: identidade, saberes e formação profissional. • Os estudantes: outros sujeitos, outras pedagogias. • A escola e sua cultura. 					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
CORDEIRO, Jaime. Didática : contexto, educação. São Paulo: Contexto 2007.					
FORQUIN, Jean. Escola e cultura : as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Medicas, 1993.					
TARDIF, Maurice. LESSARD, Claude. O trabalho docente : elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2008.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
CANDAU, Vera Maria (Org). Didática, currículo e saberes escolares . Rio de Janeiro: DP&A, 2002.					
COMENIUS. Didatica Magna . São Paulo: Wmf, 2006,					
CONTRERAS, Jose. A autonomia dos professores . São Paulo: Cortez, 2007.					
LUCKESI, Cipriano. Filosofia da Educação . São Paulo: Cortez, 1990.					
GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A.I. Compreender e transformar o ensino . Porto Alegre: ArtMed, 2000.					

DISCIPLINA:	DIDÁTICA II		
C/H TOTAL:	72 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
<p>O planejamento histórico-crítico como forma de mudança da prática social dos conteúdos dos educandos (fundamentos e elaboração). A Organização do trabalho docente: objetivos educacionais e de ensino. O planejamento educacional e seus níveis. Os diferentes planos de ensino no planejamento do trabalho docente. Avaliação: Concepção (dimensões e funções) Avaliação do processo ensino aprendizagem, a Organização didática de instrumentos avaliativos. A avaliação como processo de formação e critérios de avaliação. A aula como objeto de análise. Objetivos e conteúdos do ensino.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento de Ensino Conceito e contribuições teóricas e práticas para a formação do profissional professor; Etapas fundamentais que contemplam o planejamento de ensino; Elementos essenciais que compõem o planejamento de ensino; Tipos de planejamento. • Planejamento de aula: diferentes modelos de plano de aula. Plano de ação do Pedagogo; Plano de ação da equipe gestora (da escola) • Elementos constitutivos da didática Conceitos e funções: planejamento, objetivos, conteúdos, recursos, métodos e avaliação; • Avaliação da aprendizagem: concepção; instrumentos e critérios 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados. 2002.</p> <p>LUCKESI, C.C. Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador BA: Malabares, 2003.</p> <p>SAVIANI, D. A organização do trabalho didático. Campinas: Autores associados. 2010.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>ARROYO, Miguel Gonzales. Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.</p>			
<p>IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a</p>			

incerteza. São Paulo: Cortez, 2000.

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação e concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 2000.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento como método da práxis pedagógica**. São Paulo: Libertad, 2000.

VEIGA, I. P. **Técnicas de Ensino: por que não?** São Paulo: Papirus, 1991.

DISCIPLINA:	EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS		
C/H TOTAL:	72 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
<p>EMENTA:</p> <p>Conceito de diversidade e sua incidência no mundo atual e no contexto escolar. Racismo, Preconceito, Discriminação e Desigualdade. Análise dos modos de vida de diferentes grupos sociais e suas culturas em diferentes espaços. Conceito de cultura e diversidade. Machismo, Feminismo e o tratamento de gênero na Escola. Diversidade Sexual. Relações étnico-raciais. História e memória das diferentes culturas. Políticas Públicas e as questões étnico-raciais. Formação de professores e diversidade.</p>			
<p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceituando raça, racismo, preconceito, discriminação e desigualdade • Estado, sociedade e ações afirmativas • Diversidade religiosa e o espaço público • Políticas de diferença: o direito, a legalidade e a pluralidade brasileira • Desigualdade social e grupos minoritários no Brasil • O papel da escola e diversidade • Relações de gênero, identidade, raça, classes sociais, sexualidade e identidade na prática educativa. • A diversidade no contexto do litoral paranaense • Relações raciais na Educação: Leis nº 10.639/2003 e 11.645/68 			
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora Unb, 1996.</p> <p>BOURDIEU, Pierre. A distinção, crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2008.</p> <p>LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis: Vozes, 1997.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valer Roberto (orgs.). Afirmando Diferenças: montando quebra-cabeça da diversidade na escola. 3. ed.. Campinas: Papirus, 2011.</p> <p>ANDRADE, Marcelo. Tolerar é pouco? Pluralismo mínimos éticos e práticas pedagógicas. Petrópolis: D&P, 2009.</p> <p>ARROYO, Miguel G.; ABRAMOWICZ, Anete (org.). A reconfiguração da escola: entre a negação e a afirmação de direitos. Campinas, SP: Papirus, 2009.</p> <p>FUNARI, Pedro Paulo; PINON, Ana. A temática indígena na escola: subsídios para os professores. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>PINSKY, Jaime (Org.). 12 faces do preconceito. São Paulo: Contexto, 2010.</p>			
DISCIPLINA:	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (Optativa)		

C/H TOTAL:	72 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
Educação, direitos humanos e formação docente. História dos direitos humanos e as implicações no campo educacional. Marcos legais em direitos humanos. Projeto Político Pedagógico e a educação em direitos humanos. Preconceito, discriminação e prática educativa; políticas curriculares e educação em direitos humanos.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • A história dos direitos humanos • Declaração Universal de Direitos Humanos (1948 até hoje) • Os marcos legais e os direitos humanos no Brasil (Constituição Federal de 1988, LDB 9394/96, Plano Nacional da Educação, ECA, entre outros) • Democracia, diversidade e direitos humanos • O PPP e os direitos humanos • Cidadania e direitos humanos • Os direitos humanos na formação docente • Educação, diversidade religiosa e cultura de paz. 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CANDAUI, Vera Maria; SACAVINO, Susana (Org.). Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas. Rio de Janeiro: DPXAli, 2008.			
CANDAUI, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo;;SACAVINO, Susana et al. Educação em direitos humanos e formação de professores/as. São Paulo: Corte, 2013.			
CARVALHO, J. S. Educação, cidadania e direitos humanos. Petrópolis: Voes, 2004.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
CANDAUI, Vera Maria; SACAVINO, Susana (Org.). Educar em direitos humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.			
PAIVA, Angela Randolpho (Org.). Direitos humanos em seus desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.			
RAYO, José Tuvilla. Educação em direitos humanos rumo a uma perspectiva global. 2. Porto Alegre ArtMed 2013			
SCHILLING, Flávia (Org.). Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas. São Paulo: Cortez, 2005.			
SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2007.			

ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL			
C/H TOTAL:	240h		
C/H TEÓRICA: 0	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
<p>EMENTA:</p> <p>Fundamentos legais do estágio supervisionado. Investigação da realidade escolar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Análise das concepções educacionais e objetivos vigentes na Educação Infantil, com vistas à problematização das práticas pedagógicas. Elaboração e desenvolvimento de projetos de intervenção no espaço escolar da Educação Infantil.</p>			
<p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O estágio como campo de conhecimento <ul style="list-style-type: none"> ○ O estágio na formação de professores; ○ O papel da pesquisa na formação docente; ○ O estágio como pesquisa e a pesquisa no estágio. • Organização do campo de Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental <ul style="list-style-type: none"> ○ Os espaços educacionais e suas especificidades; ○ A estrutura organizacional; ○ As possibilidades da concretização da política educacional na instituição • Diagnóstico do campo de estágio <ul style="list-style-type: none"> ○ Procedimentos de coleta de dados: observação, Análise documental, entrevista; • A construção do diagnóstico • Concepção de Infância: Características do desenvolvimento e aprendizagem da criança de 0 a 5 anos • Marcos Legais <ul style="list-style-type: none"> ○ Constituição 88 ○ LDB 9.394 ○ Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil ○ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil ○ Parâmetros Nacionais de qualidade para a educação infantil • Especificidades do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil <ul style="list-style-type: none"> ○ A natureza do trabalho educativo na educação infantil ○ Organização dos conteúdos, tempos e espaços na Educação Infantil ○ A organização adequada para cada faixa etária dos espaços físicos, materiais pedagógicos, alimentação e propostas pedagógicas • A prática pedagógica no contexto da Educação Infantil <ul style="list-style-type: none"> ○ Ações desenvolvidas na Educação Infantil para o desenvolvimento integral da criança. • A docência supervisionada nas Escolas Públicas Municipais nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental 			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KRAMER, Sonia. **Profissionais de educação infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). **Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Cortez, 2012.

GOLDSCHMIED, Elionor; JACKSON, Sonia. **Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios**, Campinas, SP: Papyrus, 2010.

PIMENTA, G. Selma **Saberes pedagógicos e atividades docentes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

DISCIPLINA:	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GESTÃO ESCOLAR		
C/H TOTAL:	240 h		
C/H TEÓRICA: 0	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
<p>Investigação da realidade escolar do Ensino Fundamental sob a perspectiva da gestão educacional. Análise das concepções educacionais e objetivos vigentes na Gestão Educacional, com vistas à problematização das práticas administrativas, pedagógicas e comunitárias desenvolvidas na Educação Básica. Elaboração e desenvolvimento de projetos de intervenção no espaço escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Análise crítico reflexiva do processo de estágio vivenciado.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • O estágio e a formação de professores <ul style="list-style-type: none"> ○ Fundamentação teórica acerca do papel do estágio na formação docente; ○ Estudos sobre a organização da escola; • Organização de documentos. <ul style="list-style-type: none"> ○ A investigação do campo de estágio ○ Mapeamento do campo de estágio; ○ Observação participante do campo de estágio. • A intervenção no campo de estágio <ul style="list-style-type: none"> ○ Elaboração, aplicação de projeto de intervenção nos anos iniciais do Ensino Fundamental. 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>MIRA, Marília Marques. Estágio supervisionado na formação do pedagogo: possibilidades e desafios. Curitiba: Appris, 2015.</p> <p>PICONEZ, Stela C. Bertholo. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas: Papirus, 2012.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; PICONEZ, Stela C. Bertholo. A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papirus, 1991</p> <p>PIMENTA, G. Selma Saberes pedagógicos e atividades docentes. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>SILVA, Lázara Cristina da; MIRANDA, Maria Irene. Estágio supervisionado e prática de ensino: desafios e possibilidades. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008</p>			

UJIE, Nájela Tavares; ANSAI, Rosana Beatriz (Orgs.). **Estágio supervisionado no curso de Pedagogia:** ação integrativa e definição de contornos teórico-práticos. Curitiba: CRV, 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; D'ÁVILA, Cristina Maria (Orgs.). **Profissão docente:** novos sentidos, novas perspectivas. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

DISCIPLINA:		FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO			
C/H TOTAL:		144 h			
C/H TEÓRICA:	144	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	0
		C/H SEMIPRESENCIAL:		0	
EMENTA:					
<p>Conceitos de Filosofia e Filosofia da Educação. A concepção filosófica da educação na Idade Média, Moderna e Contemporânea. As correntes filosóficas da modernidade (Iluminismo, Materialismo e Positivismo). As correntes filosóficas contemporâneas (Fenomenologia, Hermenêutica, Existencialismo, Pragmatismo, Teoria Crítica). Implicações e influências dessas correntes filosóficas na educação. Temáticas filosóficas na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A filosofia para crianças.</p>					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:					
<ul style="list-style-type: none"> • A relação entre filosofia e educação • Conceito de Filosofia e Filosofia da Educação • A filosofia da educação na Idade Média, Moderna e Contemporânea • As correntes filosóficas modernas e contemporâneas e as relações com a educação • Marxismo na educação • Temáticas filosóficas (habilidade de investigação, habilidade de saber observar, habilidade de saber formular questões, habilidade de raciocínio, habilidade de formação de conceitos) • Filosofia para crianças: educação para o pensar (Matthew Lipman) 					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia . São Paulo: Martins Fontes, 2007.					
OS PENSADORES. São Paulo: Abril, 197-. (Coleção Abril Cultural)					
LIPMAN, Mathew. A filosofia para a escola . São Paulo: Martins Fontes, 1990.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
ARANHA, Maria Lúcia. A filosofia da educação . São Paulo: Moderna, 1996.					
ARENDT, Hannah. A condição humana . Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1987.					
LIPMAN, Mathew. O pensar na educação . Petrópolis: Vozes, 1995.					
JAEGER, Werner. Emílio, ou da educação . São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.					
VALLE, Lílian do. Escola imaginária . Rio de Janeiro: DP&A, 1996.					

DISCIPLINA:	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO		
C/H TOTAL:	144 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 36	C/H EXTENSÃO: 36	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
<p>Educação do e no Campo na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: concepções, conceitos, princípios e especificidades. Educação Popular. Movimentos Sociais. Educação do Campo e as Políticas Públicas. Educação do Campo e formação do professor. A educação do campo e o respeito às características do campo. Relações de pesquisa das práticas e extensão da educação do campo no campo. Atividades extensionistas com intervenção dos acadêmicos no contexto escolar.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • Concepção e conceitos de Educação do campo • Trajetória histórica da Educação do Campo no Brasil • Educação Popular e as relações com a educação do/no campo no Brasil • Movimentos sociais camponeses e Estado: política e lutas • Gestão da Educação do Campo e Projeto Político Pedagógico • Articulação paranaense para educação do campo • Infância no campo • Pedagogia da Alternância e Alteridade 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ARROYO, M. G.; CALDART, Roseli; MOLINA, Monica Castangna. Por uma educação do campo . Petrópolis: Vozes, 2004.			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.			
SILVA, Ana Paula Soares da; PASUCH, Jaqueline; SILVA, Juliana Bezzon. Educação infantil do campo . São Paulo: Cortez, 2010.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
FREIRE, Paulo. Extensão e comunicação? . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.			
MUNARIN, Antonia; BELTRAME, Sonia Aparecida Branco; CONDE, Soraya Franzoni et al. (Orgs.). Educação do campo : políticas públicas, territorialidade e práticas pedagógicas. Florianópolis: Insular, 2011.			
ROCHA, Maria Isabel Antunes. Educação do campo : desafios para formação de professores. São Paulo: Autêntica, 2009.			
RUMMERT, Sonia Maria. Educação e identidade dos trabalhadores . São Paulo: Xamã, 2000.			
SOUZA, Maria Antonia de. Educação do campo: proposta e práticas do MST . Petrópolis:			

Vozes, 2012.

DISCIPLINA:	FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA		
C/H TOTAL:	108 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 18	C/H EXTENSÃO: 18	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
<p>Educação especial: fundamentos filosófico, legal e político educacional. Estudo da Educação Especial no contexto do sistema educacional brasileiro. InclusãoXIntegração. O processo ensino-aprendizagem na educação especial. O processo de inclusão escolar. A legislação e os princípios de individualização, normalização e a integração como fundamentos dessa modalidade educacional. A ação do educador junto ao corpo discente. O AEE. Público alvo da Educação especial. A avaliação e as adaptações curriculares. Pesquisa da Prática Pedagógica nas áreas da Educação especial. Projeto extensionista.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • Educação Especial. Conceituação e Marcos históricos. • Legislação Brasileira. • O educando especial na escola. • Integração e Inclusão • Inclusão da diversidade humana como princípio e prática. • O processo ensino aprendizagem na educação especial - Areas das deficiências • A relação professor- aluno na educação especial. • Adaptação de acesso curricular. • Tecnologias assistivas e inclusão. • Princípios de individualização, normalização e a integração como fundamentos dessa modalidade educacional. • Pesquisa da prática pedagógica em espaços de atendimento especializados Projetos extensionista. 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
MANTOAN, Maria Teresa E. Integração X Inclusão : Escola (qualidade) para todos. Campinas: Editora UNICAMP, 1998.			
MITTLER, Peter J. Educação inclusiva : contextos sociais. Porto Alegre: ArtMed, 2003.			
SKLIAR, Carlos. Pedagogia Improvável da diferença . Rio de Janeiro: DP&A, 2003.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
MANTOAN, Maria Teresa Egler. O desafio das diferenças nas escolas . Petrópolis: Vozes, 2008.			
SKLIAR, Carlos Educação e Exclusão : abordagens Sócio-Antropológicas em Educação Especial. Porto Alegre, Mediação, 1999. (Cadernos de Autoria)			
STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão : um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.			

TORRES, Gonzalez, José Antonio. **Educação e diversidade**: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

VIZIM, M. (Orgs.) **Educação especial**: múltiplas leituras e diferentes significados. São Paulo: Mercado das Letras, 2001.

DISCIPLINA:	FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL		
C/H TOTAL:	72 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
<p>Construção social da Infância. Concepção de infância: concepção de educação infantil. História da educação infantil no Brasil. Desenvolvimento infantil: o brincar e o desenvolvimento. Aquisição do conhecimento na primeira infância: o gesto, brincar, desenho e a oralidade no desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos. A natureza do trabalho educativo na educação infantil nas áreas do conhecimento. Currículo na Educação Infantil: tempos e espaços. Avaliação na Educação Infantil. Especificidades da prática pedagógica na Educação Infantil: funções de cuidar e educar.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos Históricos e políticos da Infância • Infância como construção social • Rotina na Educação Infantil • O papel do professor na Educação Infantil • O cuidar e o educar na educação infantil • A dimensão lúdica na criança • Currículo na Educação Infantil • Organização dos tempos e espaços • Instrumentos de avaliação da Educação Infantil 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ARIÈS, Phillipe. História social da infância e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.</p> <p>LEIVAS, José Carlos Pinto; SILVEIRA, Everaldo. Organização dos tempos e espaços na infância. Curitiba: InterSaberes, 2012. (Série Gestão Educacional)</p> <p>CRAIDY, Carmem Maria. Educação Infantil pra que te quero?. Porto Alegre: ArtMed, 2010.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>HOFFMANN, Jussara. Avaliação e educação infantil: um olhar sensível e reflexível sobre a criança. Porto Alegre: Mediações, 2012.</p> <p>OLIVEIRA, Zilma M. Ramos. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>ORTIZ, Gisele; CARVALHO, Maria Tereza Venceslau. Interações: ser professor de bebês: cuidar, educar e brincar, uma única ação. São Paulo: Blücher, 2010.</p>			

OSTETTO, Luciana Esmeralda (org). **Educação Infantil**: saberes e fazeres da formação de professores. Campinas: Papyrus, 2011.

WAJSKOP, Gisele. **Brincar na educação infantil**: uma história que se repete. São Paulo: Cortez, 2012.

DISCIPLINA:	GESTÃO EDUCACIONAL I		
C/H TOTAL:	72 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
<p>A escola e sua constituição histórica, sujeitos e Organização. Gestão escolar e sua interface com a política educacional: repercussões para a Organização escolar e o trabalho do pedagogo. Elaboração do projeto político pedagógico. O projeto político pedagógico como instrumento de gestão escolar. Gestão democrática e participação.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • Análise da função social do professor <ul style="list-style-type: none"> ○ A construção da identidade do pedagogo; ○ Trabalho docente: autonomia didática e construção do saber pedagógico; ○ Organização geral do trabalho na escola. • O sistema de organização e gestão da escola <ul style="list-style-type: none"> ○ As concepções de organização e de gestão escolar; ○ A gestão participativa ○ Princípios e características da gestão escolar participativa • As funções constitutivas da organização da escola <ul style="list-style-type: none"> ○ Planejamento escolar e o Projeto Político Pedagógico; ○ A organização curricular; ○ A organização e gestão da escola; • Áreas de atuação da organização e da gestão da escola <ul style="list-style-type: none"> ○ O pedagogo e a construção da escola democrática; ○ As práticas de gestão escolar; ○ A função da escola na perspectiva da educação inclusiva. 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>VASCONCELLOS, C. S. Coordenação do trabalho pedagógico do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad Editora, 2004.</p> <p>VEIGA, I. P. (org). Projeto político da escola: uma construção possível. São Paulo: Papyrus, 1996.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>AGUIAR, Márcia Ângela. Gestão da Educação, perspectivas e compromissos. São Paulo, Cortez, 2000.</p> <p>FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>GANDIN, Danilo; CARRILHO, Carlos Henrique. Temas para um projeto político-pedagógico. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.</p>			

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2007

_____. **Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino**. São Paulo: Ática, 2007

DISCIPLINA:	GESTÃO EDUCACIONAL II		
C/H TOTAL:	72 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
<p>A gestão democrática da Educação: os sistemas de ensino, as instâncias colegiadas e os mecanismos de gestão. A coordenação do trabalho escolar e de participação na gestão da escola. A gestão da escola e o princípio da autonomia administrativa, financeira e pedagógica . A estrutura organizacional de uma escola. O clima e a cultura da escola como fatores determinantes da gestão escolar.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • Formação para a docência e gestão da escola <ul style="list-style-type: none"> ○ Formação de professores: identidade e saberes da docência ○ Formação inicial e continuada de professores ○ Organização e gestão da escola: os professores e a construção coletiva do ambiente de trabalho ○ Os conceitos de organização, gestão e cultura organizacional • O trabalho coletivo como princípio do processo educativo <ul style="list-style-type: none"> ○ A escola como espaço de participação da comunidade ○ A gestão democrática e participativa; O planejamento educacional como instrumento de formação docente e de espaço de trabalho coletivo; ○ As instancias colegiadas: possibilidades de participação no contexto escolar. • Gestão escolar: democratização do acesso e da permanência <ul style="list-style-type: none"> ○ Relações de poder no cotidiano da escola e suas implicações para o trabalho pedagógico; ○ O espaço da equipe gestora da escola: direção e coordenação pedagógica; ○ As políticas educacionais, a gestão da escola e a exclusão social. • A gestão: estrutura e interações <ul style="list-style-type: none"> ○ Avaliação de aprendizagem e institucional; ○ autonomia escolar; ○ descentralização e desconcentração; ○ financiamento da educação 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>FERREIRA, N. S.C. Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>LIBÂNEO, J.C. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>SILVA, J. M. Autonomia da escola pública. Campinas – São Paulo: Papirus, 1996.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>AGUIAR, Márcia Angela da S. (Org.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2008.</p>			

LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix. **Política e Gestão da Educação**. 3. ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VIEIRA, Sofia; DEVIS, Claudia (orgs). **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

.

DISCIPLINA:		HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO					
C/H TOTAL:		144 h					
C/H TEÓRICA:	144	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	0	C/H SEMIPRESENCIAL:	0
EMENTA:							
<p>Concepção e objetivos da História e da História da Educação, suas interpelações e importância para a compreensão da realidade educacional. A educação nos diversos contextos sociais: Primitivo Antiguidade Clássica, Período Medieval, Moderna e Contemporânea, enfatizando abordagens das temáticas relacionadas às ideias educativas e/ou pedagógicas e a organização das instituições de ensino. História e Historiografia da Educação Brasileira. A Educação nos diferentes contextos da História do Brasil, privilegiando discussões dos variados temas e problemas referente a História das ideias educativas e/ou pedagógicas e aos modelos e/ou projetos educacionais escolares e não escolares. Tendências e perspectivas atuais da educação brasileira no contexto mundial</p>							
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:							
<ul style="list-style-type: none"> • A Educação na Antiguidade <ul style="list-style-type: none"> ○ A Educação na Comunidade Primitiva (Sociedade sem classe) ○ A Transição da Sociedade sem classe para a Sociedade de Classes. ○ A Educação e Pedagogia na Antiguidade Oriental. ○ A Educação nas Sociedades Antigas: Grécia e Roma. • A Educação na Idade Média: entre luzes e trevas? <ul style="list-style-type: none"> ○ O que foi o Sistema Feudal. ○ As Escolas Medievais e o surgimento da Universidade. ○ A Teoria do Conhecimento na Idade Média. • Escola e Pensamento Pedagógico nos Séculos XVI ao XVII • O Estado Burguês, as Lutas Sociais e a Educação nos Séculos XVIII e XIX. • A Escola de Estado, as novas teorias e as novas práticas educativas no século XX. • Educação Brasileira na Colônia e no Império. 1549-1889 • A História da Educação durante o Período da República Velha (1889 a 1930). • A Era Vargas e as transformações na educação (1930 a 1945). • A Influência da Escola Nova e as Reformas Educacionais no início do Século XX. <ul style="list-style-type: none"> ○ A Educação Pública Brasileira nas Primeiras Décadas da República • A Educação Brasileira na República (1945 a 2000). 							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
<p>ARANHA, Maria Lucia de Arruda. História da Educação e da Pedagogia. Geral e Brasil. São Paulo: Editora Moderna. 2006.</p> <p>BITTAR, Marisa. História da Educação. Da Antiguidade a época Contemporânea. São Carlos: EduFscar. 2009. (Coleção UAB-EduFSCar. 2009).</p> <p>GHIRALDELLI JR. Paulo. História da Educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p>							

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1990.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A Educação Brasileira no Contexto Histórico**. Campinas. Alínea 2001

MANACORDA, Mario Aligheri. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 1989.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

DISCIPLINA:	HISTÓRIA DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO (OPTATIVA)		
C/H TOTAL:	72 h		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
72 h	0	0	0
EMENTA: <p>A História e Filosofia no âmbito da Educação. O estudo sistemático dos diferentes períodos em que se desenvolveu o pensamento pedagógico brasileiro. Principais matrizes presentes no estudo do pensamento brasileiro educativo.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: <ul style="list-style-type: none"> • Estudo sobre o pensamento pedagógico brasileiro nos diferentes períodos • A Pedagogia Brasileira e o pensamento pedagógico de Tomas de Aquino, • O pensamento Iluminista e sua influência na Educação Brasileira • O ideal educativo da Escola nova e seus principais representantes. • O pensamento moderno de Educação e seus representantes. 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA <p>HILSDORF, Maria Lucia Spedo. História da Educação Brasileira. Leitura. São Paulo: Editora Pioneira: Thomson Learning.2003.</p> <p>GONÇALVES, Nádia. G. Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação Brasileira. Curitiba:IBPEX.2005.</p> <p>GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. São Paulo: Ática, 2001.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR <p>BOTO, Carlota. (org.). Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados. Uberlândia: EDUFU, 2019.</p> <p>GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. São Paulo: Ática, 1993.</p> <p>GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000</p> <p>LINCH, Christian Edward Cyril; PASCHOETO, Cassimiro; SOUZA, Elizeu Santiago Tavares de. Pensamento político brasileiro: temas, problemas e perspectivas. Curitiba: Appris, 2019.</p> <p>SAVIANI,Dermeval. História das Ideias Pedagógicas. Campinas, São Paulo,Autores Associados, 2007.</p>			

DISCIPLINA:	HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO (OPTATIVA)		
C/H TOTAL:	72 h		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
72 h	0	0	0
EMENTA:			
<p>Estudo da produção historiográfica do Brasil e da educação brasileira a partir do processo de produção e consolidação das relações capitalistas no Brasil, buscando com isso identificar como ocorreu esse processo e quais as suas consequências e influências na educação. Análise das relações: Economia, Estado e Educação e Sociedade. Educação como um componente relevante, tanto para explicar os desníveis sociais, as desigualdades econômicas, como também, as disputas culturais</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • História, Historiografia e História da Educação : Relações e Contribuições. • Historiografia Brasileira nos últimos 4º anos. Uma tentativa de avaliação Crítica. • História e Historiografia da Educação no Brasil. • Fontes Históricas e fontes Historiográfica • Historiografia da Educação Brasileira e os Fundamentos teórico-Metodológico da História. • Cultura Brasileira ou Cultura Republicana? 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira . 7.ed. São Paulo: EDUSP, 2010.			
GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Histórias e memórias sobre educação : trajetória e atividades de um projeto de extensão. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016			
LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Fontes, história e historiografia da educação . Campinas: Autores Associados, 2004.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
GONÇALVES, Nadia G. Constituição histórica da educação no Brasil . Curitiba: Intersaberes, 2012.			
LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Fontes, história e historiografia da educação . Campinas: Autores Associados, 2004.			
MOTA, Carlos G. Educação, contra ideologia e cultura: desafios e perspectivas . São Paulo: Francisco Alambert, 2011			
SCHELBAUER, Anaete Regina; LOMBARDI, José Claudinei; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Educação em debate : perspectivas, abordagens e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2006.			

VIEIRA, Carlos Eduardo; OSINSKI, Dulce; GONDRA, José. **História intelectual e educação: reformas educacionais, estado e sociedade civil.** Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

DISCIPLINA:	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO ACADÊMICO		
C/H TOTAL:	72 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
<p>Produção de textos dissertativos, argumentativos e críticos. Coesão, Coerência e Unidade Textual. Diretrizes para Leitura, Análise e Interpretação de textos. Análise textual, temática e interpretativa. Problematização. Síntese pessoal, como resumir e elaborar resenhas.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • Leitura e suas técnicas • Tipos de leitura • A técnica de sublinhar • Produção de Esquemas • Como redigir resumos • Delimitação da unidade de leitura • A análise textual • A análise temática • A problemática • A síntese pessoal • Como redigir resenhas • Como fazer um artigo acadêmico • Estruturação e formatação do texto acadêmico 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>MACHADO, Rachel; LOUSADA, Eliane; ABRAU-TARDELLI, Lilian Santos. Planejar gêneros acadêmicos. Rio de Janeiro: Parábola, 2007.</p> <p>SILVA, Ezequiel Theodoro. Criticidade e leitura: ensaios. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.</p> <p>FEITOSA, Vera Cristina. <i>Redação de textos científicos</i>. Campinas: Papyrus, 1995.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>CASTRO, Marccos. Caminhos para a leitura. São Paulo: Record, 2002.</p> <p>KAUFMAN, Ana Maria. Escola, leitura e produção de textos. Porto Alegre: ArtMed, 1995.</p> <p>MANGUEL, ALBERTO. Uma história da leitura. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>MICHELETTI, Guaraciaba. Leitura e construção do real. São Paulo: Cortez, 2003.</p>			

DISCIPLINA:		LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS			
C/H TOTAL:		72 h			
C/H TEÓRICA:	72	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	0
				C/H SEMIPRESENCIAL:	0
EMENTA:					
<p>Audição e Surdez (Deficiência ou Cultura). História da Educação dos Surdos. Cultura e Identidade. Aspectos Linguísticos da Libras; Variações Históricas e Sociais. Bilinguismo – Novo enfoque na Educação dos Surdos. Desenvolvimento Linguístico. Português como segunda Língua. Políticas Públicas e Legislação na Educação dos Surdos. Intérprete de Libras. Parâmetros Principais e secundários da Libras. Classificadores em Libras. Libras em contexto.</p>					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:					
<ul style="list-style-type: none"> • Aspectos conceituais da surdez e das comunidades surdas. • História e Educação de surdos. • Movimentos Surdos. Cultura e comunidades surdas. • Educação de surdos no contexto das políticas inclusivas: diretrizes legais e político pedagógicas. • Fundamentos teórico-metodológicos da educação bilíngue para surdos. • Linguagem e cognição de crianças surdas. • Fundamentos legais e teóricos da educação bilíngue para surdos – Libras e língua portuguesa – no contexto das políticas inclusivas. • Língua Brasileira de Sinais – Libras: <ul style="list-style-type: none"> ○ Aspectos históricos e culturais. ○ Parâmetros formadores primários e secundários. ○ Variações e empréstimos linguísticos. ○ Diferenças e semelhanças estruturais com a língua portuguesa. 					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BOTELHO, Paula. Linguagem e Letramento na Educação dos Surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.</p> <p>BRANDÃO, Flávia. Dicionário de libras: língua brasileira de sinais. São Paulo: Global, 2011.</p> <p>PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>FERNANDES, Eulália. Surdez e bilinguismo. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.</p> <p>GESSER, Audrei. LIBRAS?: Que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.</p>					

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais Brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. **Bilinguismo dos surdos**: questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Cânone, 2007.

SKLIAR, Carlos. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação 1998.

DISCIPLINA:	METODOLOGIA DO ENSINO DA ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL		
C/H TOTAL:	72 h		
C/H TEÓRICA:	72	C/H PRÁTICA:	0
		C/H EXTENSÃO:	0
		C/H SEMIPRESENCIAL:	0
EMENTA:			
<p>Conceito de Arte. Apreciação estética. Potencial criador. A dupla faceta da Arte na Educação: como fator integrante e integrador das demais áreas do saber. O currículo de Arte na Educação Infantil e Séries Iniciais. As Artes Visuais e a Educação. Diferentes formas e técnicas de trabalho em Artes Visuais para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. A Música na educação. Percepção e expressão em Música. Apreciação musical. Repertório para Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Música e movimento. Dança como expressão corporal. Linguagem teatral e Educação. Jogos teatrais.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • O que é arte? • A arte e suas diferentes linguagens • Ensino da Arte: Os enfoques da arte na Educação: as quatro linguagens em Arte. • Produção, leitura e releitura em arte. A ampliação do repertório: a apreciação e a estética em arte. • História da arte • A criação, apreciação, fruição e reflexão da arte como conhecimento e formação humana. • O ensino da Arte: O desenvolvimento do desenho infantil. • Metodologias de ensino e aprendizagem em arte na Educação Infantil e anos iniciais Oficinas Elementos da composição musical – duração, intensidade, densidade, timbre e Altura; Ritmos, timbres, melodias, harmonias e dinâmicas. • Danças coreografadas e improvisadas; • Danças culturais; • Expressões básicos do corpo, espaço e tempo em diferentes formas de dança. • O conceito de teatro; a importância do teatro na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental; • Formas de teatro; elementos da composição teatral – personagem, espaço cênico e ação. 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BARBIERI, Stela. Interações: onde está a arte na infância. São Paulo: Blucher, 2012.			
BRITO, T. A . Música na Educação Infantil: propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Petrópolis, 2003.			
FERREIRA, Sueli. O Ensino das Artes: construindo caminhos. São Paulo: Papyrus, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BARBOSA, Ana Mae. Arte-educação: leitura no subsolo. São Paulo: Cortez, 2005.			
FERRAZ, Maria Heloisa; FUSARI, Maria F. de R. e. Metodologia do Ensino da Arte. São Paulo: Cortez, 1993.			

GONÇALVES, Tatiana Fecchio; DIA, Adriana Rodrigues. **Entre Linhas, Formas e Cores – Arte na Escola**. São Paulo: Papyrus, 2010.

LOMARDO, F. **O que é teatro infantil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REVERBEL, Olga. **Um caminho do teatro na escola**. São Paulo: Scipione, 1997.

DISCIPLINA:	METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA EM EDUCAÇÃO		
C/H TOTAL:	72 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
<p>A construção do conhecimento e as diferentes concepções metodológicas. O método científico e a sua importância. Do senso comum à consciência filosófica: um desafio possível. A importância da pesquisa na produção do conhecimento. As abordagens qualitativas e quantitativas em educação. Métodos e técnicas de pesquisa. A pesquisa e a construção do conhecimento pedagógico: pensando a formação profissional do professor. Etapas e procedimento iniciais na elaboração de pré-projetos de pesquisa no campo da educação. Padronização nas normas da ABNT.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • O método científico. • Hipóteses e objetivos. • O texto científico: título, Introdução, material e métodos, resultados e discussão. • Elaboração de projeto de pesquisa e normatização conforme ABNT. • Elaboração de gráficos, figuras e tabelas. • Como transmitir a informação de forma clara e precisa. • Complexidade versus clareza. • Exemplos e erros comumente realizados. • Como preparar Power Point slides para apresentações científicas. • Tipos básicos, fontes, estrutura, cores, gráficos, figuras, tabelas, marcador lazer. • Exemplos de slides bem elaborados e erros comumente realizados. • Como preparar apresentações orais em encontros científicos. • Planejamento, definindo objetivos, estrutura, organização, visual, conclusões. • Atitude e postura perante a platéia. • Procedimentos didáticos mais relevantes. • Exemplos e erros comumente realizados 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Etnografia da prática escolar . 8. ed. Campinas: Papirus, 2002.			
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.			
TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação . São Paulo: Atlas, 1987.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BIANCHETTI, Lucídio; MEKSENAS, Paulo. A trama do conhecimento: teoria, método e escrita em ciência e pesquisa . Campinas: Papirus, 2008.			

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. Campinas: Papirus, 1995.

FEITOSA, Vera Cristina. **Redação de Textos Científicos**. Campinas: Papirus, 1991.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. Petrópolis: Vozes, 2010.

DISCIPLINA:	METODOLOGIA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL		
C/H TOTAL:	72 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
<p>A comunicação humana. A linguagem como sistema simbólico representativo das interações humanas. Variação linguística. Realidade linguística da criança. Língua oral e escrita. Elementos metodológicos para a análise e intervenção nas práticas educativas. O ensino da língua portuguesa na educação infantil e nos anos iniciais. Leitura: o contato inicial com o Texto e a construção dos sentidos. A produção textual nos anos Iniciais do Ensino Fundamental. Conteúdos e Princípios metodológicos para o ensino de Linguagem e da língua portuguesa. Leitura literária. Atividades Práticas de Língua Portuguesa.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • Concepções de Língua, Linguagem e variação linguística. • Heterogeneidade linguística e cultura letrada. • Linguagem oral e escrita • Texto como unidade básica do processo ensino aprendizagem • O texto como objeto norteador do processo ensino-aprendizagem; • Gêneros textuais: instrumentos para aprender a escrever; • A prática de análise linguística: do texto ao texto; • Produção de texto na escola; • Análise do livro didático de Língua Portuguesa e paradidático • Correção de textos nos Anos Iniciais; • Práticas de leitura concepções e implicações pedagógicas • Interação na leitura de textos. • Leitura literária; • Formação de leitores; • Abordagens didático-metodológicas nas práticas de oralidade na Educação Infantil e nos cinco anos iniciais do Ensino Fundamental. 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico : o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2002.			
KLEIMAN, Ângela. Oficina de Leitura : teoria e prática. São Paulo: Pontes, 2000.			
SOARES, Magda. Linguagem e escola : uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1989.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BAGNO, Marcos. Nada na língua é por acaso : por uma pedagogia da variação lingüística. São Paulo: Parábola, 2009.			

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

KATO, Mary et al.. **Estudos em alfabetização**: retrospectivas nas áreas da Psico e da Sociolingüística. Campinas, SP: Pontes, 1997.

KAUFMAN, Ana María & RODRÍGUEZ, María Elena. **Escola, leitura e produção de textos**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1995.

LERNER, D. **Ler e escrever na escola o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

DISCIPLINA:	METODOLOGIA DO ENSINO DAS CIÊNCIAS NATURAIS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL		
C/H TOTAL:	72 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
<p>Pressupostos teórico-metodológicos para o processo de ensino e aprendizagem de Ciências na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A práxis do professor de Ciências. Objetivos e a função social do ensino de Ciências. Análise de currículos para o ensino de Ciências. Concepções e relações entre Ciências, Ambiente, Tecnologia. Educação e Sociedade concernentes ao currículo e a prática pedagógica em Ciências. Proposição de alternativas integrativas para o ensino de Ciências no contexto curricular com ênfase nas experiências. Estudo crítico dos conteúdos e procedimentos didáticos para o ensino de Ciências. Avaliação em Ciências. Análise crítica do conhecimento em Ciências e das propostas teórico-metodológicas apresentadas nos livros didáticos de Ciências. Sociedade e meio ambiente. Educação ambiental no contexto escolar. Educação ambiental e políticas públicas.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem das concepções de Ciência e de propostas curriculares. • O ensino de Ciências. • Planejamento, desenvolvimento de atividades para o ensino de Ciências e avaliação. • A didática e as Ciências. • Relação sociedade e meio ambiente. • Políticas Públicas e educação ambiental. • A educação ambiental no contexto escolar • O currículo no ensino de Ciências • Teoria e prática no ensino de Ciências: as experiências 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ASTOLFI, Jean Pierre, DEVELAY, Michel. A didática das ciências. Campinas: Papyrus, 1999.			
DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. Metodologia do ensino de ciências. São Paulo: Cortez. 1990			
LUZZI, Daniel. Educação e meio ambiente. São Paulo: Manoli, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BIZZO, Nélio. Ciências: fácil ou difícil. São Paulo: Biruta, 2012.			
PELIZZOLI, Marcelo. Homo Ecologicus: ética, educação ambiental e práticas vitais. Caxias do Sul, RS: Educ, 2011.			
POZO, Juan Ignacio; GOMEZ CRESPO, Miguel Angel. A aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.			
WEISSMANN, Hilda (Org.) Didática das Ciências Naturais. Porto Alegre: Artmed, 1998.			
WITKOSKI, N. Ciências e tecnologia hoje. São Paulo: Ensaio, 1995.			

DISCIPLINA:	METODOLOGIA DO ENSINO DA GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL		
C/H TOTAL:	72 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
<p>Histórico da construção do pensamento científico e pedagógico da Geografia. Diferentes vertentes teórico-filosóficas da Geografia: da tradicional a perspectiva cultural. Currículo e o ensino de Geografia na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: espaço geográfico, configuração da paisagem, alfabetização cartográfica. Organização do planejamento e sistematização do ensino: conteúdos, encaminhamento metodológico e processo avaliativo. Análise crítica de materiais didáticos (livros didáticos, jogos, textos científicos e literários). Geografia e educação ambiental.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • O ensino da geografia na perspectiva tradicional e cultural • O espaço geográfico: conservação, permanência e transformação • Alfabetização cartográfica • O currículo da geografia na Educação Infantil e Anos Iniciais • Teoria e prática do Ensino de Geografia (maquetes, jogos...) • Educação Ambiental • Análise de livros didáticos 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ALMEIDA, Rosângela Doin de (Org.). Cartografia Escolar . São Paulo: Contexto, 2009.			
ALMEIDA, Rosângela; PASSINI, Elza Yasuko. Espaço Geográfico: ensino e representação , 16 ed. São Paulo: Contexto, 2009.			
CASTELLAR, Sônia (Org.). Educação geográfica: teorias e práticas docentes . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ALMEIDA, Rosângela Doin de. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola . São Paulo: Contexto, 2001.			
ANDRADE, Manuel Correia de. Caminhos e descaminhos da Geografia . Campinas: Papyrus, 1995.			
CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano . Porto Alegre: Mediação, 2000.			
KIMURA, Shoko. Geografia no ensino básico: questões e propostas . São Paulo: Contexto, 2009.			
VESENTINI, José Willian. O ensino de geografia no século XXI . Campinas, SP: Papyrus, 2007.			

DISCIPLINA:	METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL		
C/H TOTAL:	72 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
<p>Historicização das diferentes concepções do ensino de História. Abordagem dos pressupostos teóricos e metodológicos dos conceitos inerentes ao ensino de História. Elementos e conceitos que organizaram o ensino de História. Currículo para o ensino de História na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Elaboração de recursos e materiais didático-pedagógicos para o ensino de História. Avaliação em História na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. História do Paraná: relação com o contexto regional e nacional.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • Concepções do ensino de História • Pressupostos teórico-metodológicos do ensino de História • Sociedade: diferentes formas de vida, de escola e de família • Currículo de história na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental • Fontes históricas • Produção de materiais didático-pedagógicos • Avaliação no Ensino de História • História do Paraná 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BELINTANE, Maria; SANTAR, Adriane. Ensino de história para o fundamental 1: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados. 9. ed. Campinas: Papirus, 2009.</p> <p>NIKITIVKI, Sônia M. Leite (org). Repensando o Ensino da História. São Paulo: Cortez. 1996.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>FONSECA, Selva Guimarães. Caminho da história ensinada. Campinas: Papirus, 1993.</p> <p>HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geysy Dongley. O ensino de História e seu currículo: teoria e método. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.</p> <p>PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Novos Temas nas Aulas de História. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.</p> <p>SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar história. São Paulo: Scipione, 2004.</p> <p>TURAZZI, Maria Inez; GABRIEL, Carmem Tereza. Tempo e história. São Paulo: Moderna, 2000.</p>			

DISCIPLINA:	METODOLOGIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL		
C/H TOTAL:	72 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
<p>Tendências da educação matemática. A matemática nos documentos oficiais. Fundamentos teórico metodológicos do ensino de matemática na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Números e Operações. Grandezas e Medidas. Geometria. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • Contextualização histórica da Educação Matemática e as tendências do ensino. • Estudo das orientações oficiais para o ensino da matemática no Ensino Infantil (EI) e anos iniciais do Ensino Fundamental (EF). • Estudo de teorias e fundamentos do ensino da matemática. • Objetivos e funções do ensino da matemática. • O papel do professor no ensino da matemática no EI e EF. • Métodos de ensino abordando os cinco eixos estruturantes da disciplina Matemática: Números e operações; Grandezas e Medidas; Conceitos, regularidades e princípios dos números naturais, dos números decimais e das quatro operações fundamentais. Noções básicas de frações. • Medidas de comprimento, capacidade e massa. • Sistema monetário. • Noções topológicas de lateralidade e localização. • Figuras geométricas planas e espaciais. • Pesquisa e confecção de recursos e materiais didáticos para o ensino da matemática para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CARRAHER, TEREZINHA. NUNES. Aprender Pensando . São Paulo: Vozes. 1984.			
CARVALHO, Mercedes; BAIRRAL, Marcelo Almeida. Matemática e educação infantil: investigações e possibilidades de práticas pedagógicas . Petrópolis: Vozes, 2012.			
FERREIRA, Viviane Lovatti. Metodologia do Ensino da Matemática : história, currículo e formação de professores. São Paulo: Cortez, 2011.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
GRANDO, Regina Célia. O jogo e a matemática no contexto da sala de aula . São Paulo: Paulus, 2004.			
KAMII, Constance. A criança e o número : implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação junto a escolares de 4 a 6 anos. 14 ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991.			

LORENZATO, Sergio. **Educação infantil e percepção matemática**. 3. ed., rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

MORO, Maria Lúcia Faria. SOARES, Maria Tereza Carneiro (Orgs). **Desenhos, Palavras e números**: marcas da matemática na escola. Curitiba: Editora da UFPR, 2005.

SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez; CÂNDIDO, Patrícia. **Brincadeiras infantis nas aulas de matemática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

DISCIPLINA:	PESQUISA DA PRÁTICA EM EDUCAÇÃO I		
C/H TOTAL:	306 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 144	C/H EXTENSÃO: 90	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
<p>Pedagogia: natureza e objeto, especificidade epistemológica. Prática profissional, formação e identidade docente: abordagens teóricas que as sustentam. Dimensão da pesquisa na prática profissional docente. Importância da realização de atividades investigativas da prática pedagógica na escola. A Escola como espaço público: as relações entre os sujeitos que fazem parte do processo e da organização do trabalho pedagógico: profissionais da educação, funcionários da escola, estudantes e pais. O espaço escolar: estrutura, distribuição e organização; os instrumentos normativos que regem a escola. Atividades extensionistas com intervenção dos acadêmicos no contexto escolar.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • O que é Pedagogia. • Identidade docente • As obras de Paulo Freire (seminário) • Mapeamento da realidade escolar: Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro Franco. Pedagogia e prática docente . São Paulo: Cortez, 2012.			
PIMENTA, Selma Garrido (Org.) Pedagogia, ciência da Educação? 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
VEIGA, Ilma Passos Alencastro; D'ÁVILA, Cristina Maria (Orgs.). Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas . 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ANDRÉ, Marli (Org.). Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores . 11. ed. São Paulo: Papyrus, 2010.			
MORANDI, Franc. Introdução à pedagogia . São Paulo: Ática, 2008.			
PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Pedagogia e Pedagogos . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
RODRIGUES, Ana Cristina da Silva; NÖRNBERG, Nara Eunice. Pesquisa: o aluno da Educação Infantil e dos anos iniciais . Curitiba: InterSaberes, 2012. (Série Formação pedagógica).			
VEIGA, Ilma Passos Alencastro; SILVA, Edileuza Fernandes da (Orgs.). A escola mudou: que mude a formação de professores! 3. ed. Campinas: Papyrus, 2011.			

DISCIPLINA:	PESQUISA DA PRÁTICA EM EDUCAÇÃO II		
C/H TOTAL:	324 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 144	C/H EXTENSÃO: 108	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
Educação e diversidade com enfoque na Educação de Jovens e Adultos (Fase I e II e Ensino Médio), Educação Escolar Indígena, Educação Quilombola. Atividades extensionistas com intervenção dos acadêmicos no contexto escolar.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos históricos, políticos, filosóficos e sociais da Educação de Jovens e Adultos • Movimentos sociais para a EJA; Alfabetismo e escolarização de jovens e adultos • Princípios e Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos • Proposta pedagógica da EJA/estrutura curricular; • Perfil do aluno da EJA na realidade sócio-econômico-cultural atual • O papel do professor e da mediação dos instrumentos na EJA • Avaliação da Aprendizagem na EJA • Marcos Legais: Constituição 88; LDB 9.394; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos; Cadernos da EJA (MEC) • fundamentos históricos, políticos, filosóficos e sociais das Ilhas: Organização dos conteúdos, tempos e espaços • Educação Escolar Indígena: Organização dos conteúdos, tempos e espaços na Educação do Campo • Educação Quilombola: Organização dos conteúdos, tempos e espaços 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ARROYO, Miguel Gonzalez. Por uma Educação do Campo . Petrópolis: Vozes, 2004.			
KABENGELE MUNANGA; GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje . São Paulo: Global, 2006.			
SILVA, Aracy Lopes da. A questão indígena na sala de aula . São Paulo: Brasiliense, 1987.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos . São Paulo: Cortez, 1982.			
SANTOS, Anízio Ferreira dos. Eu, negro: discriminação racial no Brasil existe? . São Paulo: Loyola, 1986.			
SOUZA, Maria Antônia de. Educação de jovens e adultos . Curitiba: IBPEX, 2007.			
SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST . Petrópolis: Vozes, 2006.			
SOUZA, Marina de Mello e. África e Brasil africano . 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.			

DISCIPLINA:	PESQUISA DA PRÁTICA EM EDUCAÇÃO III		
C/H TOTAL:	216 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 72	C/H EXTENSÃO: 72	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
<p>A organização da prática pedagógica em diferentes espaços e propostas educacionais. A comunidade não escolar: dimensões histórica, geográfica e a diversidade cultural. Observação da atuação do Pedagogo em espaços não escolares. Integração do estudante com a realidade social e econômica e do trabalho pedagógico em ONGs, hospitais, empresas, igrejas, sistema prisional, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Desenvolvimento de projeto para a atuação do Pedagogo em espaços educativos não escolares. Atividades extensionistas com intervenção dos acadêmicos no contexto escolar.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • Conceito de educação em contextos não-escolares • O papel do Pedagogo em espaços não-escolares • Propostas educacionais em outros contextos além da escola • Articulação do acadêmico com a realidade social e econômica do contexto onde está inserido • Elaboração e aplicação de projetos de intervenção em espaços não-escolares 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
FONSECA, Eneida Simões de. Atendimento escolar em ambiente hospitalar . São Paulo: Memmon, 2003.			
ORTIZ, Leodi Conceição Meirelles; FREITAS, Soraia Napoleão. Classe hospitalar: caminhos pedagógicos entre a saúde e a educação . Santa Maria: UFSM, 2005.			
SCHMITZ, Taís <i>et al.</i> Pedagogia e ambientes não escolares . Curitiba: InterSaberes, 2012. (Série Gestão educacional).			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Educação formal e não-formal . São Paulo: Summus, 2008.			
FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.			
LOURENÇO, Arlindo da Silva; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoque e perspectivas contemporâneas . São Paulo: UFSCAR, 2011.			
RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. Pedagogia empresarial: atuação do pedagogo na empresa . Rio de Janeiro: Wak, 2007.			
SIMSON, Olga Rodrigues M. von.; PARK, Margareth B.; FERNANDES, Renata Siero (Orgs.). Educação não formal: cenário de criação . Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.			

DISCIPLINA:	POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO I		
C/H TOTAL:	72 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
<p>Aspectos sócio-político-econômico-cultural-filosóficos das esferas administrativas e pedagógicas do sistema escolar brasileiro. Histórico da legislação educacional brasileira – O contexto das principais leis: Leis Orgânicas, LDB 4024/61, 5692/71, 7044/82. A Educação na Constituição de 1988. Políticas públicas de educação a partir da Constituição de 1988. A LDB 9394/96: trâmite político e conteúdo; níveis e modalidades de educação. A legislação estadual e municipal de ensino. O profissional da educação: o educador e a lei, sua valorização. Sistema Escolar Brasileiro e sua estrutura administrativa: funcionamento níveis administrativos e financiamento.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • Análise das políticas da educação brasileira • Os anos 30 e a educação • O contexto político, histórico e econômico neodesenvolvimentista • A ditadura civil e militar e educação • A Constituição de 1988 e a redemocratização do Brasil • Globalização, neoliberalismo e educação 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CAMPOS, M.; CARVALHO. A Educação nas Constituições Brasileiras . São Paulo: Pontes, 1991.			
RIBEIRO, Maria Luiza. História da Educação Brasileira: organização escolar . 17 ed. Campinas. Autores Associados. 2001.			
ROMANELLI, Otaíza Oliveira. História da educação no Brasil . 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
FERNANDES, F. A transição prolongada . São Paulo: Cortez, 1990.			
_____. Que tipo de República? São Paulo: Brasiliense, 1986.			
LIBÂNEO, JOSÉ CARLOS; OLIVEIRA, JOAO CARLOS; TOSCHI, MIRZA S. Educação escolar políticas, estrutura e organização . 10 ed. São Paulo. Cortez. 2012.			
SANTOS, Clóvis Roberto dos. Educação escolar brasileira: estrutura, administração, legislação . São Paulo: Pioneira, 1999.			
_____. Política e Educação no Brasil . 2.ed. Campinas: Autores Associados, 1998.			

DISCIPLINA:	POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO II		
C/H TOTAL:	72 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
<p>EMENTA:</p> <p>A educação e transformações políticas econômicas e sociais e as implicações na política educacional contemporânea. Análise crítica das políticas educacionais nos aspectos sócio-históricos e econômicos. Políticas educacionais e as reformas do Ensino. Estrutura e organização da educação brasileira. Marcos legais da política educacional.</p>			
<p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As políticas educacionais e as relações entre Estado, educação e sociedade. <ul style="list-style-type: none"> • a educação como política pública • os organismos internacionais e as políticas educacionais • As reformas educacionais e o financiamento da educação <ul style="list-style-type: none"> • reformas educacionais: da colônia aos dias atuais • o financiamento da educação • os desafios da sociedade contemporânea • O sistema educacional brasileiro e a Educação Básica <ul style="list-style-type: none"> • aspectos gerais da estrutura pedagógica da Educação Básica • a Educação Infantil • o Ensino Fundamental • o Ensino Médio • O sistema educacional brasileiro e as modalidades da educação e do ensino <ul style="list-style-type: none"> • Educação Profissional e Tecnológica • Educação Especial • Educação de Jovens e Adultos • Educação à Distância • Política de formação de professores e de Pedagogos no Brasil <ul style="list-style-type: none"> • a formação de professores no Brasil: breve histórico • o curso de Pedagogia no Brasil: perspectivas legais 			
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>DI GIOVANNI, GERALDO; NOGUEIRA MARCO AURÉLIO. Dicionário de Políticas Públicas. 2 ed. São Paulo. Editora Unesp. 2015.</p> <p>FIGUEREDO, IRENI M. Z. A construção da “centralidade da Educação básica” e a política educacional paranaense. Cascavel. Edunioeste, 2005.</p> <p>PINTO, José Marcelino de Rezende. Os Recursos para a Educação no Brasil no Contexto das Finanças Públicas. Brasília, DF: Plano, 2000.</p>			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORREIA, Bianca Cristina; GARCIA, Teise Oliveira. **Políticas Educacionais e Organização do trabalho na Escola**. São Paulo: Xamã, 2008. p. 39-56.

LIBÂNEO, JOSÉ CARLOS; OLIVEIRA, JOAO CARLOS; TOSCHI, MIRZA S. **Educação escolar políticas, estrutura e organização**. 10 ed. São Paulo. Cortez. 2012.

OLIVEIRA, Cleiton et al. **Municipalização do ensino no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de & EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

DISCIPLINA:		PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I			
C/H TOTAL:		72 h			
C/H TEÓRICA:	72	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	0
		C/H SEMIPRESENCIAL:		0	
EMENTA:					
<p>A Psicologia e a Psicologia da Educação. A psicologia e suas vertentes. Os principais teóricos da personalidade (Freud, Jung, Adler, Reich, Maslow, Perls, Rogers, Skinner). Aspectos do desenvolvimento biológico, cognitivo, emocional e social nas perspectivas das teorias psicológicas de desenvolvimento e aprendizagem. A teoria de Jean Piaget e o desenvolvimento cognitivo. O desenvolvimento para a Psicanálise. Vigotski e a visão de desenvolvimento na perspectiva histórico cultural.</p>					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:					
<ul style="list-style-type: none"> • Histórico da Psicologia • Aplicações da Psicologia • A Personalidade e seus teóricos: Freud, Jung, Adler, Reich, Maslow, Perls, Rogers, Skinner. • As etapas de desenvolvimento da Psicanálise. • A visão cognitivista de desenvolvimento humano (Piaget). • Vigotski e a visão de desenvolvimento na perspectiva histórico cultural. 					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
BEE, Helen. A criança em desenvolvimento . Porto Alegre. Artmed, 2003.					
FADIMAN, James; FRAGER, Robert. Teorias da personalidade . São Paulo: Harbra, 2002.					
QUADROS, Emérico Arnaldo. Psicologia e desenvolvimento humano . Petrópolis: Vozes, 2017.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
DAVIDOFF, Linda L. Introdução à psicologia . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2006.					
KUSNETZOFF, Juan Carlos. Introdução à psicopatologia psicanalítica . Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2001.					
PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia . 14. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.					
VIGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem . São Paulo. Martins Fontes, 2015.					
_____. A Formação Social da Mente . São Paulo. Martins Fontes, 2010.					

DISCIPLINA:		PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II					
C/H TOTAL:		72 h					
C/H TEÓRICA:	72	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	0	C/H SEMIPRESENCIAL:	0
EMENTA:							
<p>Principais teorias da Aprendizagem (Gagné, Bruner, Rogers, Ausubel, Freud, Winnicott, Henri Wallon, Gardner, Jean Piaget, Vigotski, Skinner - Behaviorismo). Aspectos psicológicos das dificuldades e transtornos de aprendizagem e das necessidades especiais. As situações conflitivas escolares na atualidade.</p>							
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:							
<ul style="list-style-type: none"> • A teoria das hierarquias de aprendizagem de Gagné. • A teoria de ensino de Bruner. • A teoria da aprendizagem significativa de Rogers. • A teoria da aprendizagem significativa de Ausubel. • A Psicanálise e suas contribuições à educação • A Psicologia de Henri Wallon e a contextualização • A Psicanálise Lacaniana e a Educação. • A teoria das inteligências múltiplas de Gardner. • A teoria de Jean Piaget – contribuições da epistemologia genética para a educação. • A escola de Vygotsky. • Behaviorismo, Análise do Comportamento e Educação. • Transtornos e dificuldades de aprendizagem • Questões ligadas à escola na atualidade 							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
<p>PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. 14 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.</p> <p>VIGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. São Paulo. Martins Fontes, 2015.</p> <p>_____. A formação social da mente. São Paulo. Martins Fontes, 2010.</p>							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
<p>CARRARA, Kester (org.) Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.</p> <p>COLL, C., MARQUEZI, A. PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.</p> <p>FILOUX, Jean Claude. Psicanálise e educação. São Paulo: Expressão e Arte, 2002</p> <p>KUPFER, Maria Cristina. Freud e a Educação: o mestre do impossível. São Paulo: Scipione, 2004</p> <p>PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky. São Paulo: Summus, 2005.</p>							

DISCIPLINA:	PSICOPEDAGOGIA E EDUCAÇÃO (OPTATIVA)		
C/H TOTAL:	72 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
<p>Breve histórico da psicopedagogia. Aspectos básicos do diagnóstico psicopedagógico. Dificuldades de aprendizagem. Os principais conceitos vinculados aos relacionamentos grupais, familiares, educacionais e comunitários. As novas relações familiares. A possibilidade de envolvimento dos pais e comunidade no processo de ensino aprendizagem. Questões atuais ligadas ao dia a dia escolar – Bullying e violência, drogadição (toxicodependência), depressão, stress.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • Histórico da Psicopedagogia e aspectos básicos de diagnóstico psicopedagógico • (anamnese, uso do lúdico no diagnóstico). • Pichon Rivièrre e o trabalho com grupos operativos • Elementos de psicopatologia • Escola, família e comunidade. Interações professor – professor • A família na atualidade • -A relação escola pais de alunos • A criança e o adolescente no contexto escolar. • As principais dificuldades de aprendizagem e possibilidade de trabalho do pedagogo com • as mesmas. • Bullying, violência e drogadição no ambiente escolar. • Depressão e stress no ambiente escolar. 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BOSSA, Nadia A. A Psicopedagogia no Brasil : contribuições a partir da prática. RS, Artmed, 2007.			
CASTRO, Jane M.; REGATTIERI, Marilza. Interação escola-família : subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.			
WEISS, Maria Lucia W. Psicopedagogia clinica : uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ABRAMOVAY, Miriam. Violências nas escolas . Brasília : UNESCO Brasil, 2002			
FONSECA, Vitor. Cognição, neuropsicologia e aprendizagem : abordagem neuropsicológica e psicopedagógica. 2 ed. Vozes, 2008.			
JOSÈ, Elizabete da assunção; COELHO, Maria Tereza. Problemas da aprendizagem . 12 ed. São Paulo, 2008.			
QUADROS, Emérico Arnaldo. Psicologia e desenvolvimento humano . Petrópolis: Vozes, 2017.			

VISCA, Jorge. **O diagnóstico operatório na prática psicopedagógica**. São José dos Campos: Pulso, 2008

DISCIPLINA:	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO		
C/H TOTAL:	144 h		
C/H TEÓRICA:	144	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0
			C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
Fundamentos da relação sociedade e educação e a especificidade da abordagem sociológica sobre a educação. As matrizes do pensamento sociológico “clássico” e conceitos básicos de Sociologia. A trajetória da Sociologia da Educação: dos seus inícios à contemporaneidade. Escola e sociedade capitalista. Determinações sociais do rendimento escolar. Educação e mudanças sociais.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • Sociedade, educação e sociologia <ul style="list-style-type: none"> ○ Cultura, socialização e Educação ○ A educação como objeto de estudo sociológico • A educação na perspectiva da sociologia clássica <ul style="list-style-type: none"> ○ Educação, sociologia e sociedade em Émile Durkheim (1858-1917) ○ Educação à luz da teoria de Max Weber (1864-1920) ○ Capitalismo e educação em Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) • Educação e escola na teoria social contemporânea <ul style="list-style-type: none"> ○ Karl Mannheim (1893-1947): ideologia e educação ○ Louis Althusser (1918-1990) e a escola como Aparelho Ideológico de Estado ○ Pierre Bourdieu (1930-2002): Educação e reprodução ○ Antonio Gramsci (1891-1937): educação e luta por hegemonia ○ Ivan Illich e a sociedade sem escola (1926-2002) • Sociologia da Educação dos “saberes” <ul style="list-style-type: none"> ○ Os saberes escolares e não-escolares 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia . 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 2011.			
QUINTANEIRO, Tânia <i>et al.</i> Um toque de clássicos . Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.			
RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação . Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ABRANTES, Pedro (Org.). Tendências e controvérsias em Sociologia da Educação . Lisboa: Mundos Sociais, 2010.			
BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Os herdeiros: os estudantes e a cultura . Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.			
BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino . 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.			
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação? . São Paulo, Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos, 20).			
LAHIRE, Bernard. Sucesso Escolar nos meios populares: as razões do improvável . São Paulo: Ática, 1997.			

DISCIPLINA:	TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO		
C/H TOTAL:	144 h		
C/H TEÓRICA: 71	C/H PRÁTICA: 72	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
<p>Tecnologia e Educação: conceitos e historicidade. Evolução histórica dos meios de comunicação e informação. Impactos da tecnologia no contexto social e na educação escolar. Diferentes recursos tecnológicos aplicados à educação. Postura do professor frente às tecnologias educacionais. Tecnologias no Processo de Alfabetização e na Educação Inclusiva. Contribuições das TICs para a o processo de ensino e aprendizagem. Informática na Educação. Tecnologias na Educação: aplicação prática.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos de Tecnologia Educacional • Trajetória das tecnologias na educação • Recursos tecnológicos aplicados à educação • Alfabetização digital • Uso das tecnologias na educação inclusiva • Informática educacional • Formação do professor frente às TICs 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>CARVALHO, Fábio Câmara Araújo de; IVANOFF, Gregorio Bittar. Tecnologias que educam: ensinar e aprender com as tecnologias de informação e comunicação. São Paulo: Pearson, 2010.</p> <p>KENSKI, Vani Moreira. Informação e Tecnologias: o novo ritmo da informação. 7 ed. Campinas/SP: Papyrus, 2010.</p> <p>LITWIN, Editer (Org). Tecnologia Educacional: Política e Propostas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BELLONI, M. L. O que é mídia-educação: polêmicas do nosso tempo. Campinas: Autores Associados, 2001.</p> <p>MORAN, José Manoel; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2007.</p> <p>PINTO, Álvaro Vieira. O conceito de tecnologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.</p> <p>PRETTO, Nelson de Lucca. Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia. Campinas: Papyrus, 1996.</p> <p>OROFINO, Maria Isabel. Mídias e mediação escolar: pedagogia dos meios, participação e visibilidade. São Paulo: Cortez, 2005.</p>			

DISCIPLINA:		TÓPICOS EM CURRÍCULO		
C/H TOTAL:		72 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0	
EMENTA:				
<p>Currículos e sua dimensão epistemológica. Fundamentos teórico-práticos para elaboração e implementação de propostas curriculares. O currículo como instrumento pedagógico de construção e reconstrução de saberes. Os currículos da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Estado do Paraná: análise do texto e contexto. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e Anos Iniciais Ensino Fundamental.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:				
<ul style="list-style-type: none"> • Concepções de currículo • Considerações sobre a teorização em torno do currículo • Questões centrais nas discussões de políticas curriculares • História do currículo no Brasil • O Currículo (prescrito; apresentado aos professores; moldado pelos professores; em ação; avaliado) • Currículo e diversidade cultural • Currículo e formação de professores • Currículo e implicações pedagógicas (formas de organização curricular) • Currículo e bases legais • Questões e debates contemporâneos sobre o currículo 				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
GIMENO SACRISTAN, Jimeno. O currículo : uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed, 2000.				
MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (Org.). Currículo : políticas e práticas. 12. ed. Campinas: Papirus, 2010				
GOODSON, Ivor F. Currículo : teoria e história. Petrópolis: Vozes, 2008.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
APPLE, Michel W. Ideologia e currículo . Porto Alegre: ArtMed, 2006.				
APPLE, Michel W. Educação e poder . Porto Alegre: ArtMed, 2002.				
ARRIBAS, Teresa Lleixá. Educação infantil : desenvolvimento, currículo e organização escolar. Porto Alegre: ArtMed, 2004.				
MOREIRA, Antônio Flávio B. Ênfases e omissões no currículo . Campinas: Papirus, 2001.				
PÉREZ GÓMEZ, A. I. A cultura escolar na sociedade neoliberal . Porto Alegre: ArtMed, 2001.				

DISCIPLINA:	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)		
C/H TOTAL:	72 h		
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA:			
Acompanhamento e Desenvolvimento do TCC. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): aspectos conceituais Elementos constitutivos para elaboração do TCC.. Método de exposição do TCC. Normatização do Trabalho de conclusão de curso.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
<ul style="list-style-type: none"> • Conceituação • Entendimento sobre pesquisa científica • Elementos constitutivos do TCC • ABNT com referência a trabalhos acadêmicos 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ANDRÉ, Marli (org.). Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores . 11. ed. São Paulo: Papirus, 2010.			
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . São Paulo: Atlas, 2002.			
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos: pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações de trabalho científico . São Paulo: Atlas, 2007.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
AZEVEDO, Celicina Borges. Metodologia Científica ao alcance de todos . 2 ed. Barueri, SP: Manole, 2009.			
BIANCHETTI, Lucídio; NETTO MACHADO, Ana Maria (Orgs.). A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.			
EZPELETA, De Justa; ELZIE, Rockwell. Pesquisa participante . 2.ed. São Paulo: Cortez, 1989.			
GAMBOA, Silvio Sanchez. Pesquisa e educação: métodos e epistemologia . Chapecó: Argus, 2007.			
KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa . 16.ed. Petrópolis: Vozes, 2006.			

7. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

Quanto à pesquisa, todos os docentes efetivos desenvolvem projetos de pesquisa articulados ao regime de trabalho. Além disto, apresentam propostas anuais ao Edital de PIC. No

que se refere à extensão neste PPC estão sendo contempladas 10% da carga horária do curso em atendimento ao Plano Nacional de Educação 2014-2024, conforme Meta 12, Estratégia 12.7 que estabelece que as Instituições de Ensino Superior deverão contemplar para a integralização dos acadêmicos atividade de extensão universitária. É importante destacar que no âmbito do Curso de Pedagogia ensino, pesquisa e extensão são práticas formativas indissociáveis, para tanto, o Colegiado prioriza, além da pesquisa e extensão a participação efetiva nos sub-projetos PIBID e Residência Pedagógica, os quais consolidam o protagonismo dos acadêmicos em ações extensionistas.

7.1 DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Durante o curso, é necessário estabelecer a relação da teoria com a prática para realizar sua formação docente. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96 determina essa exigência. As Diretrizes do Curso de Pedagogia recomendam pelo menos 300 horas de estágio, a ser realizado durante o curso. Essas atividades são solicitadas nas disciplinas de Pesquisa e Prática Profissional e Estágio, as quais precisam ser realizadas nas instituições da comunidade.

O estágio, enquanto elemento curricular obrigatório do Curso de Licenciatura em Pedagogia é entendido como um conteúdo profissionalizante, que possibilita ao estudante, a partir do terceiro ano do Curso, o contato com as diversas realidades da escola. Por meio dessa disciplina, pretende-se desenvolver de maneira incisiva o profissional da educação enquanto um profissional pesquisador, não apenas acadêmico, mas um “investigador preocupado em aproveitar as atividades comuns da sala de aula e delas extrair respostas que orientam sua prática pedagógica com estudantes” (KENSKI, 1991, p. 41).

Essa atitude investigativa deve “tornar o estudante consciente de que suas práticas em sala de aula refletem não apenas o grau de aquisição teórica obtido, mas, entre outras coisas, a forma com que, como estudantes, principalmente durante a infância, foram marcados pela sua vivência escolar” (KENSKI, 1991, p. 41), portanto o desenvolvimento do estágio passa pela tomada de consciência individual e coletiva do que é ser Pedagogo, suas possibilidades e seus limites, suas perspectivas profissionais, constituindo sua identidade profissional e não apenas na representação de papéis.

Ao realizar o curso de Licenciatura em Pedagogia, o estudante refletirá sobre o fenômeno educativo nas mais diversas modalidades. Essa reflexão acontecerá em todas as disciplinas do curso que deverão articular-se ao Estágio fundamentando, ao trabalho desse estudante em campo, nas dimensões sociais, políticas e pedagógicas.

A matriz curricular do Curso inclui o Estágio como uma disciplina articuladora para a formação profissional por meio das disciplinas ministradas nos Núcleos de Aprendizagem. Dessa forma, a carga horária de estágio é distribuída de forma a possibilitar e enfatizar a relação teoria e prática dos conhecimentos discutidos nas disciplinas que compõem as unidades. Assim, a distribuição das etapas de estágio é a seguinte:

ETAPAS DE ESTÁGIO	CARGA HORÁRIA
Educação Infantil e Anos Iniciais	240

do Ensino Fundamental	
Gestão Escolar	240

Frente ao exposto, na concepção deste Curso o Estágio Supervisionado é a exteriorização do aprendizado acadêmico fora dos limites da instituição. É o espaço no qual o discente irá desenvolver seus conhecimentos junto às instituições públicas, correlacionando a teoria e a prática.

7.2 DESCRIÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia objetiva ao aluno, a partir das experiências vivenciadas nos estágios, nos estudos teóricos e práticos, no conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à sua formação profissional, a produção de um trabalho, sob a orientação de um professor do Curso de Pedagogia, com foco no processo educativo escolar e/não escolar de modo a contribuir para o desenvolvimento de suas capacidades científicas, artísticas e crítico-reflexivas. Cabe destacar que o acadêmico só poderá realizar a defesa do TCC se tiver regularmente matriculado no 4º (quarto) ano do curso e sem pendência em disciplinas dos anos anteriores, ou seja, do 1º (primeiro) ao 3º (terceiro ano).

7.3 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Entendem-se como Atividade Complementar (AC) as atividades ligadas à formação acadêmica do aluno e que sejam complementares aos conteúdos ministrados nas disciplinas constantes do currículo do curso de Graduação em que se encontram matriculados. São componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências do aluno, inclusive fora da universidade, com a carga horária de 200 horas, portanto, são aquelas com conhecimento da Instituição, porém, individualmente organizadas para o enriquecimento da formação acadêmica do aluno.

O Curso atenderá as normas da universidade no que ela dispõe sobre definição e gerenciamento das Atividades Complementares no curso de Graduação e procedimentos correspondentes, presentes nas normas da Unespar que serão também normatizadas pelo Colegiado do Curso em deliberação própria.

8. CORPO DOCENTE

COORDENADOR DO COLEGIADO DE CURSO
--



Elizabeth Regina Streisky de Farias	Pedagogia (UEPG, 1995)	Esp. em Gestão Escolar (UEPG, 1998) Mestre em Educação (UEPG, 2005) Doutora em Educação (UEPG, 2017)	Carga horária semanal dedicada à Coordenação do Colegiado de Curso (08 horas)	TIDE
--	------------------------	--	--	-------------

PROFESSORES EFETIVOS

Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho
Danielle Marafon	Pedagogia	Mestre em Educação Doutora em Educação (PUCPR)	TIDE
Denise Maria Vaz Romano França	Pedagogia (PUCPR, 1980) Fonoaudiologia (PUCPR, 1984)	Esp. Distúrbios Neuropsicossociais e o processo ensino-aprendizagem (1981) Esp. Avaliação aridológica e do equilíbrio (PUCPR, 1992) Mestre em Educação (PUCPR, 1998) Doutora em Distúrbios da Comunicação (UTP, 2013)	TIDE
Elizabeth Regina Streisky de Farias	Pedagogia (UEPG, 1995)	Esp. em Gestão Escolar (UEPG, 1998) Mestre em Educação (UEPG, 2005) Doutor em Educação (UEPG, 2017)	TIDE

Emérico Arnaldo de Quadros	Psicologia (UEL, 1986)	Esp. Psicanálise e Filosofia (UTP, 1997) Esp. Educação Física Escolar (UENP, 1997) Esp, História do Pensamento Filosófico Brasileiro (UEL, 1988) Mestre em Psicanálise Clínica (UTP, 1999) Doutor Em Psicologia Ciência e Profissão (PUCAMP, 2009)	TIDE
Erica Piovan Ulhôa Cintra	Pedagogia (UFPR, 2000)	Mestre em Educação (UFPR, 2005). Doutora em Educação (UFPR, 2010)	TIDE
Federico Alvez Cavanna	História (Instituto de Profesores Artigas, Montevideo, Uruguai, 2001)	Mestre em Educação (UEPG, 2009) Doutor em História (UFPR, 2013)	TIDE
Henrique Klenk	Pedagogia (PUCPR, 2009)	Mestre em Educação (PUCPR, 2012) Doutor em Educação (PUCPR, 2016)	TIDE

João Guilherme de Souza Corrêa	Ciências Sociais (UFU, 2006)	Mestre em Educação (UFSC, 2009) Doutor em Ciências Sociais (UNESP, 2014)	TIDE
Jorge Uilson Clark	História (PUCCAMP, 1991) Pedagogia (Faculdade de Ciências e Letras "Plínio Augusto do Amaral", 1992)	Mestre em Educação (UNICAMP, 1998). Doutor em Educação (UNICAMP, 2005)	TIDE
Leociléa Aparecida Vieira	Biblioteconomia (UFPR, 1995) Pedagogia (UCB, 2010)	Esp. Administração Estratégica Em Recursos Humanos (UTP, 1997) Esp. Psicopedagogia Clínica e Institucional (IBPEX, 2003) Esp. Educação a Distância: Teoria, Metodologia e Aprendizagem (FAEL, 2007) Mestre em Educação (PUCPR, 2000) Doutora em Educação: Currículo (PUCSP, 2011)	TIDE
Mary Sylvia Miguel Falcão	Pedagogia (UFV, 1986)	Mestre em Educação: História, Política e Sociedade (PUCSP, 2006) Doutora em Educação (USP, 2011)	TIDE
Roseneide Maria Batista Cirino	Normal Superior com Mídias Interativas (UEPG, 2004) Pedagogia (Faculdade de Pinhais, 2009)	Esp. Psicopedagogia (FAP, 2001) Esp. Supervisão, Administração e Coordenação Pedagógica (FAEC, 2004) Esp. Educação Especial e Inclusiva (Faculdade Integrada Camões, 2014) Mestre em Educação (UFPR, 2007) Doutora em Educação (UEPG, 2015)	TIDE

Sydnei Roberto Kempa	Pedagogia	Mestre em Educação Doutor em Educação: Currículo (PUCSP)	TIDE
PROFESSORES CRES			
Nome do Docente	Graduação	Titulações (Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho

Cristina Cardoso	Pedagogia (UTP,1991)	Esp. em organização do trabalho pedagógico (ufpr, 2001) Mestre em educação (ufpr, 2006) Doutora em educação (ufpr, 2015)	40 h
Eduardo Alberto da Silva	Teologia (FATE-SP, 1995) Psicologia (UNIFIL, 2000) Pedagogia (FPL, 2012) Artes visuais (UNIJALES, 2015)	Esp. em Psicologia Clínica (UEL, 2006) Esp. em Ed. Infantil (Dom Bosco, 2015) Mestre em Psicologia da Saúde (UMESP, 2013) Doutor em Educação Psicologia da educação, (PUC-SP, 2018)	40 h
Iarê Sandra Cooper	Pedagogia (UFPR, 2007)	Esp. em Ed. Especial (IBPEX,2008) Mestre em Educação (UFPR,2011) Doutora em Educação (UFPR, 2017) Pós-doutora em Educação (UNEMATE, 2019)	40 h
Magda de Oliveira Branco	Pedagogia (FESC-SC, 1985) Psicologia (UTP,1994)	Esp. Em Psicopedagogia Clínica e Institucional (IBPEX, 2003) Mestre em Engenharia de Produção (UFSC-SC, 2001) Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (PUC-SP, 2009)	40h
Tammy Ribeiro	Pedagogia (UFPR, 2009)	Mestre em Educação (UFPR, 2012)	40h

RESUMO DA QUANTIDADE DE DOCENTES POR TITULAÇÃO:

- ✓ Graduados: 0
- ✓ Especialistas: 0
- ✓ Mestres: 1
- ✓ Doutores: 15
- ✓ Pós Doutores: 2

9. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

- ✓ Danielle Marafon
- ✓ Elizabeth Regina Streisky de Farias
- ✓ Henrique Klenk
- ✓ Leociléa Aparecida Vieira
- ✓ Mary Sylvia Miguel Falcão
- ✓ Roseneide Maria Batista Cirino

10. INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL

10.1. RECURSOS HUMANOS P/ ADMINISTRAÇÃO DO CURSO

O Colegiado conta, atualmente, com dezoito professores, sendo cinco deles professores colaboradores. Considerando a demanda é necessário, no mínimo, de mais oito professores efetivos.

10.2 RECURSOS FÍSICOS

No que diz respeito às salas de aula atende precariamente as necessidades do curso. Necessita de espaço adequado para atender o laboratório do curso (a brinquedoteca, informática e laboratórios de aprendizagem), falta sala de professores e para atendimento de pesquisa, dentre outros.

10.3 RECURSOS MATERIAIS P/ ADMINISTRAÇÃO DO CURSO

Necessitam-se de computadores para administração do curso, arquivos, impressoras, material de expediente.

10.4 RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS



A bibliografia básica e complementar, serão adquiridas conforme Política de Aquisição em implantação pelo Sistema de Bibliotecas.

10.5 RECURSOS DE LABORATÓRIOS

A instituição não possui laboratórios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 01/2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf> Acesso em 04 de junho de 2017.

_____. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://den.prograd.ufsc.br/files/2016/07/2.7DiretrizesLicenciatura2015_ResolucaoCNECP2_2015.pdf> Acesso em: 08 jul. 2017.

_____. **Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005**: Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 08 jul. 2017.

_____. **Portaria MEC nº 976, de 05 de maio de 2006**. Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos do Ministério da Educação, conforme decreto 5296 de 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port976.pdf>>

_____. Decreto nº 5.626 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 16 mar. 2017.

_____. **Parecer nº 17/2001 do CNE** (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica) e a Resolução nº 02/01 que se constitui em normativa para a Educação Especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf>. Acesso em: 08 maio 2017.

_____. **Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 08 maio 2017.

_____. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>> . Acesso em: 08 jul. 2017.

_____. **Parecer CNE/CP nº28/2001**. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>> Acesso em 04 de julho de 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento**. Campinas: Papirus, 1996.

EZCURRA, A. M. Os estudantes recém-ingressados: democratização e responsabilidades das instituições universitárias. In: PIMENTA & ALMEIDA (Orgs). **Pedagogia Universitária**. São Paulo, EDUSP, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. **Revista de Educação AEC**, Brasília, v. 15, n. 60, p. 23-37, abr./jul. 1986.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, A. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

SILVA. Carmem Silvia Bissolli da. **Curso de pedagogia no Brasil: história e identidade**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999. – (Coleção polêmicas do nosso tempo).

TANURI, Leonor M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000. (Número especial: 500 anos de educação escolar).

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem: práticas e mudança**. 4. ed. São Paulo: Libertad, 1998.

ANEXOS

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UNESPAR – campus Paranaguá, é uma atividade integradora (teoria-prática) que possibilita ao acadêmico vivenciar os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, bem como, captar as orientações práticas obtidas em campo de estágio articulando-as com as demais disciplinas do curso. Assim, abrange desde as atividades de observações até a realização do confronto dos aspectos teóricos pertinentes às diferentes áreas da Pedagogia.

Desta forma, o estágio se configura em um espaço para a reflexão e interpretação do que foi observado e não para a reprodução de práticas descoladas de uma teoria que a fundamenta. Neste contexto, o futuro professor tem a possibilidade de problematizar a prática, refletir sobre ela com vistas à superação dos desafios.

Frente ao exposto, os estágios curriculares no referido curso se desenvolvem mediante levantamento de oportunidades, as quais requerem desenvolvimento de um projeto para que as expectativas do acadêmico e da instituição não sejam frustrantes.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. O Estágio Supervisionado se constitui como componente curricular obrigatório para os acadêmicos do curso de licenciatura em Pedagogia da Unespar – campus Paranaguá e está em consonância com a legislação pertinente.

§ 1º. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação licenciatura em Pedagogia, especificamente no art. 8º, inciso IV, alíneas a-f

§ 2º. Resolução CNE/CP nº 2 de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Art. 2º. O estágio é o espaço/tempo no currículo de formação destinado às atividades que devem ser realizadas pelos discentes nos futuros campos de atuação profissional.

Parágrafo único. O Estágio Supervisionado é uma atividade teórico-prática exercida em situações reais de trabalho, inclui atividades destinadas ao planejamento, orientação e avaliação

Art. 3º. O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza para tanto devem ser observados os seguintes requisitos:

- I. matrícula e frequência regular do acadêmico no curso;
- II. apresentação a instituição de ensino da de apresentação devidamente assinada pelo docente responsável pelo estágio (Anexo A)
- III. celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino (Anexo B);
- IV. preenchimento da ficha de identificação (Anexo C);
- V. preenchimento da ficha de frequência dos dias estagiados (Controle de Frequência de Estágio – anexo D);
- VI. preenchimento do termo de agendamento de docência (Anexo E);
- VII. compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Unespar – Campus Paranaguá.

Parágrafo único - Não será permitido a ida do acadêmico para a escola em que realizará o estágio sem que todos os documentos estejam devidamente assinados (docente da disciplina de estágio, pedagogo e/ou diretor da instituição de campo do estágio e aluno).

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 4º. Com a finalidade de atender o perfil do egresso do Curso de Licenciatura em Pedagogia o estágio curricular da UNESPAR – campus Paranaguá, tem por objetivos

- I. Aprimorar, pela observação e práticas exercidas no local de realização do estágio, os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso. Desta maneira, busca especificamente:
- II. Possibilitar ao discente a articulação teórico-prática dos fundamentos e metodologias do trabalho do pedagogo, por meio do desenvolvimento de projetos de atividades no interior de contextos educativos escolares, bem como de docência na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, colaborando para a emancipação do papel do educador a serviço da educação e da sociedade;
- III. Contribuir no aperfeiçoamento profissional, praticando a docência no Curso de Formação de Professores/Ensino Médio;
- IV. Propiciar ao acadêmico a aplicação de métodos e técnicas que compõe as etapas de levantamento de dados e diagnóstico da realidade escolar em seu sistema de funcionamento;
- V. Elaborar o projeto de intervenção junto à realidade pesquisada, desenvolvendo o estudo do problema, formas alternativas de atuação do profissional da educação nas diferentes áreas de atuação e apresentação de resultados;
- VI. Vivenciar a prática da conduta ética profissional no contexto educacional;
- VII. Favorecer a explicitação de posicionamento pessoal e profissional desejáveis ao exercício da profissão;

- VIII. Proporcionar ao acadêmico, oportunidades para o desenvolvimento de suas habilidades, seu senso crítico, mediante a análise de situações e a proposição de intervenções no ambiente escolar.

CAPÍTULO III

DA CARGA HORÁRIA

Art. 5º. Os Estágios Supervisionados no Curso de Pedagogia – campus Paranaguá realizar-se-ão a partir do terceiro ano do Curso, conforme a matriz curricular que prevê uma carga horária de 440 horas, distribuídas entre a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão Escolar.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA DO ESTÁGIO

Art. 6º. O Estágio Supervisionado no Curso de Pedagogia – campus Paranaguá, conforme o PPC obedece à seguinte estrutura

I – Estágio supervisionado I - terceiro ano: 240 horas na Educação Infantil (Berçário, Creche e Pré-escola) e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Neste contexto o acadêmico se envolverá com as seguintes atividades: Leitura e fichamento de leituras pertinentes à Educação Infantil. Observação e coleta de dados. Mapeamento da instituição escolar (Anexo F). Vivência de prática pedagógica na Educação Infantil, Elaboração e aplicação de projetos. Docência. Relatório da ação desenvolvida com base na fundamentação teórica estudada, em instituições de Educação Infantil. A proposta para a operacionalização da carga horária encontra-se no Anexo G.

III – Estágio supervisionado 2 – quarto ano: 200 horas na Gestão Escolar. Esta etapa tem por intuito a Investigação da realidade escolar do Ensino Fundamental sob a perspectiva da gestão educacional. Análise das concepções educacionais e objetivos vigentes na Gestão Educacional, com vistas à problematização das práticas administrativas, pedagógicas e comunitárias desenvolvidas no Ensino Fundamental. Elaboração e desenvolvimento de projetos de intervenção no espaço escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Análise crítico reflexiva do processo de estágio vivenciado (Anexo H).

CAPÍTULO V

DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 7º. Constituirão campo de Estágio instituições públicas que se caracterizem como tal vinculadas e/ou conveniadas que firmem termo de cooperação para esta finalidade.

§ 1º. O estágio acontecerá, obrigatoriamente, no sistema público de ensino e em instituição distinta do local de trabalho do estagiário.

§ 2º. O número de estagiários por instituição será definido pela professora de Estágio levando em consideração as condições de trabalho existentes para os acadêmicos.

Art. 8º. O campo de estágio deverá estar localizado, obrigatoriamente, no município de Paranaguá.

CAPÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS

Art. 9º. Os sujeitos envolvidos no campo de estágio são o docente (professor e orientador) do estágio; a equipe gestora da instituição de ensino e o estagiário.

§ 1º. As atribuições do **docente orientador** do estágio são:

- a) prestar assistência ao estagiário, desde a formulação do plano de trabalho até a elaboração do Relatório de Conclusão;
- b) acompanhar a realização do estágio, visitando a unidade de ensino no transcorrer do mesmo, de forma a consolidar a política de estágio do curso;
- c) assistir as atividades da docência, bem como, a execução de projetos de intervenção e avaliá-las.

§ 2º. É competência da **equipe gestora da Instituição de Ensino**:

- a) orientar, acompanhar e organizar as atividades práticas do estagiário na escola;
- b) oferecer os meios necessários à realização de seus trabalhos;
- c) realizar avaliação do estagiário em ficha própria.

§ 3º. Cabe ao **estagiário**:

- a) definir junto ao docente orientador do estágio, o local para a realização das atividades práticas;
- b) apresentar-se nas instituições, devidamente identificado, pontualmente, cumprindo toda a carga horária prevista;
- c) efetivar os procedimentos de coleta de dados para caracterizar a realidade educativa;
- d) analisar os dados coletados;
- e) elaborar Plano de Aula para atuação na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de acordo com o modelo da Unespar – campus Paranaguá;
- f) elaborar projeto de intervenção de acordo com o modelo da Unespar – campus Paranaguá;
- g) elaborar relatórios parciais relativos a prática de estágio;
- h) elaborar o relatório de conclusão de estágio;
- i) entregar nos prazos determinados pelo docente responsável pelo estágio, as tarefas que lhe são exigidas;

- j) manter uma postura ética em relação ao campo de estágio.
- k) utilizar instrumento de coleta diversos para efetivar pesquisas de campo e bibliográficas.

CAPÍTULO VII

DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Art. 10º. A avaliação será realizada no decorrer do período, com análises periódicas sistemáticas do docente orientador, por meio de fichas próprias.

Art. 11º. A avaliação final levará em conta a avaliação realizada pelo professor supervisor de estágio, pelo responsável da instituição, na qual o acadêmico realizou o estágio e avaliação dos relatórios periódicos apresentados ao docente orientador de estágio.

Parágrafo único: Ao final de cada segmento (Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão) o acadêmico deverá participar do seminário e entregar um relatório (pasta em meio digital e impressa) que se constitui como uma produção de reflexão proposta para a ampliação e aprofundamento da aprendizagem, contendo inclusive sua auto avaliação.

Art. 12º. Para ser aprovado no estágio supervisionado, o aluno deverá:

- I. obter média igual ou superior a 7,0 (sete) em cada um dos estágios previstos;
- II. entregar a “Ficha de Registro de Atividades” de cada um dos estágios, com a comprovação de ter cumprido a carga horária exigida, devidamente assinada e com o carimbo da instituição.
- III. apresentar pasta de estágio conforme normas estabelecidas pela Unespar – campus Paranaguá.
 - a) caso o aluno não atinja a média exigida em algum dos estágios ou não tenha cumprido o número de horas exigidas nas aulas teóricas e nas práticas (campo de estágio), ele deverá refazê-lo no próximo ano letivo até alcançar a média definida.
 - b) O acadêmico que não for aprovado no Estágio de Educação Infantil não poderá realizar Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
 - c) O acadêmico que não for aprovado nos Estágios de Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental não poderá realizar o Estágio em Gestão Escolar.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º. O acadêmico que não entregar os documentos comprobatórios de estágio ou que não se apresentar para a realização total das atividades previstas nas datas agendadas será automaticamente reprovado, podendo requerer nova matrícula, somente no ano letivo seguinte, de acordo com o calendário acadêmico.

Parágrafo único. Não há exames finais para as disciplinas de estágio.



Art. 14º. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.

Paranaguá, 07 de fevereiro 2018.

ANEXO A - CARTA DE APRESENTAÇÃO

Paranaguá, ___ de _____ de _____.

Exmo. Sr(a)

Prof.(a)

Nome da Instituição

Prezado(a) Senhor(a)

Apresentamos a V.S^ª. o(a) aluno(a)....., portador do RG nº....., regularmente matriculado(a) no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Unespar - campus Paranaguá, para o qual solicitamos o acolhimento, caso esteja de acordo com a efetivação de atividades inerentes ao Estágio Supervisionado e com o disposto no Termo de Acordo.

Se faz necessário, a fim de se atingir os objetivos formacionais, que seja denominado um profissional, membro da equipe gestora do próprio estabelecimento para responder como Responsável Local, devendo, além de acompanhar o desempenho do(a) estagiário, assinar sua Ficha de Freqüência, confirmando o cumprimento do horário e a atividade desenvolvida no dia.

Desde já agradecemos a presteza no atendimento aos (às) nossos(as) alunos(as), colocando-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Docente Orientadora do Estágio

ANEXO C - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

1 - DADOS CADASTRAIS

Nome			
Filiação			
Data de Nascimento	Naturalidade	Nacionalidade	
CPF	RG	Órgão Expedidor	
Endereço Completo			
Cidade	Estado	CEP	Telefone/Celular

2 - LOCAL DE TRABALHO

Empresa			
Função		Tempo de Serviço	
Endereço Completo			
Cidade	Estado	CEP	Telefone
Ramo de Atividade			

3 - LOCAL DE ESTÁGIO

Instituição			
Endereço Completo			
Profissional responsável na Instituição - nome e função			
Cidade	Estado	CEP	Telefone
Nome Supervisor de Estágio			

Paranaguá, ____ de _____ de _____.

Nome/Assinatura Estagiário(a): _____

ANEXO E - TERMO DE AGENDAMENTO DA DOCÊNCIA

A INSTITUIÇÃO ABAIXO IDENTIFICADA:

Nome da instituição: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____

Telefone: () _____

Nome do Diretor(a): _____

Nome da Pedagoga: _____

Permite que a acadêmica(o)

realize a atividade de docência (4 horas), na data, turma e horário abaixo especificados:

Disciplina e conteúdo a ser ministrado:

Paranaguá, ____ de _____ de ____.

Professora da Turma: _____

Nome e assinatura

Representante da Instituição _____

Assinatura e carimbo da instituição

ANEXO F - ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO MAPEAMENTO ESCOLAR

1 IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

O primeiro passo de um mapeamento é identificar a instituição que se constitui no objeto de investigação. Desta forma,

- Qual é o nome da Escola?
- Onde fica localizada? Aqui se deve Indicar o endereço completo: Rua ou Avenida, número, bairro, CEP, Cidade e Estado.
- Quem compõe a equipe pedagógica-administrativa?
- Qual o horário de atendimento?
- Qual(is) a(s) modalidades de ensino ofertada pela instituição?

2 A ESCOLA: CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste item deve ser relatado quando e quais as razões que inspiraram a fundação da escola. Assim, é necessário contextualizar o ambiente observado, por exemplo:

- Qual a filosofia da escola?
- Que ação social é desenvolvida pela escola?
- Os alunos recebem material escolar?

É necessário conhecer a estrutura organizacional da escola investigada, considerando os setores técnico-administrativo e o pedagógico.

- Como está organizada a administração da escola?
- O diretor tem auxiliares ou assistentes?
- Foi adotada na escola a gestão Colegiada? Como funciona?

O setor técnico-administrativo responde pelas atividades-meio e asseguram o atendimento dos objetivos e funções da escola. São eles: a secretaria escolar, serviços auxiliares (zeladoria, vigilância e atendimento ao público) e multimeios (biblioteca, laboratórios, videoteca, entre outros).

- Como é composta a secretaria da escola?
- Os serviços de limpeza da escola são realizados por funcionários contratados pela própria instituição ou por firmas especializadas?
- A escola conta com um serviço de vigilância?
- Na escola tem biblioteca? Laboratórios? Quem é o responsável por estes setores?

O setor pedagógico compreende as atividades do Pedagogo.

- Como se estabelece a divisão de responsabilidade entre o diretor da escola e o pedagogo no controle e avaliação do trabalho dos professores?

Observe, também, como é organizado o Regimento da Escola:

- Em relação à elaboração do regimento da escola, quais as responsabilidades:
 - do diretor;
 - do Conselho de Escola;
 - dos professores;
 - dos demais elementos da escola.
- De que maneira é divulgado o regimento, para conhecimento dos interessados?
- Qual o conteúdo do regimento, quanto a:
 - organização do trabalho escolar;
 - currículos e programas;
 - avaliação do rendimento escolar;
 - deveres de professores e alunos;
 - direitos de professores e alunos;
 - sanções disciplinares.

Outro item a ser observado é a infraestrutura que corresponde às instalações físicas, ou seja, o tamanho do terreno, a metragem da área construída, a quantidade de salas de aula, secretaria, salas para pessoal técnico-administrativo e pedagógico, banheiros, áreas de lazer e outros espaços que constem na instituição. Por exemplo:

. Quadras poliesportivas:

- Existem quadras esportivas na escola?
- Quem é responsável pela manutenção?
- Como, quando e por quem pode ser utilizada?

A respeito das instalações, cabe observar, ainda:

- Quem assume a responsabilidade pela construção, reforma e manutenção das instalações escolares?
- Qual é a responsabilidade dos diferentes elementos da comunidade escolar quando na escola se realizam outras atividades diferentes das escolares (eleições, festas, atividades organizadas pelos adultos)? Qual a participação desses elementos na limpeza e no cuidado das instalações?
- Qual a organização prevista nos casos em que a escola tem, além do edifício principal, instalações anexas?
- Quem está autorizado a emprestar as instalações escolares? Como se procede em caso de esse empréstimo ser realizado?

Observe, também, quais materiais didáticos e equipamentos são utilizados pela escola e como os mesmos são administrados.

- Existe uma lista, indicando para cada classe (em função, por exemplo, do número de alunos), o material didático disponível, além do material básico escolar: dicionários, enciclopédias; mapas e quadros murais, mapas-múndi; material para o ensino de Ciências, para trabalhos manuais, para Educação Física ou Educação Artística; quadro negro, flanelógrafo; armários, estantes; recursos audiovisuais (projetores, gravadores, televisores, computadores).
- Como se tem informação sobre esse material? Quais são os procedimentos para sua aquisição?
- Como se assegura a conservação e a manutenção do material? Há obrigação de existir um livro de inventário? Como se organiza o empréstimo de material coletivo para uso desta ou daquela classe?
- Tem um setor responsável para preparar o professor para uso do material e equipamento para o ensino (novas técnicas, microinformática, entre outros)?
- Quais tipos de disposições estão previstas para a compra de material escolar? Quem paga as despesas? Como é recolhido o dinheiro na escola, se for este o caso?
- Quem determina o número e a natureza do material escolar que cada aluno deve utilizar? Quem faz a escolha dos livros didáticos?
- Existe uma biblioteca escolar? Como é mantida e ampliada?
- Como são adquiridos os livros para a biblioteca da escola?

3 MECANISMOS DE AÇÃO COLETIVA NO INTERIOR DA ESCOLA

Dentre os mecanismos de ação coletiva no interior da escola, constam a Associação de Pais e Mestres; o Conselho de Escola e o Conselho de Classe.

A respeito da Associação de Pais e Mestre sugere-se o seguinte roteiro de perguntas:

- A escola tem Associação de Pais e Mestres?
- Como são os estatutos da Associação? Como é eleita a diretoria da Associação? (Presidente, Secretário, ...)?
- Qual o papel da Associação de Pais e Mestres?
- Existe relação entre APM e o Conselho de Escola?
- Existem convênios com outras entidades?

Na escola observada:

- Existe na Escola o Conselho Escolar?
- Como está organizado?
- Quais suas atribuições? Existe alguma influência dos funcionários não docentes?
- Como funciona o Conselho?

O Conselho de Classe é o órgão coordenador e avaliador da ação educacional da Escola.

Como é composto o Conselho de Classe?

4 OS ALUNOS

Em um mapeamento deve-se observar o número de alunos por ano e turno, verificar o índice de evasão, bem como se processa a retenção e promoção dos alunos (avaliação). Assim:

- Quantos alunos estão matriculados na escola?
- Como estão distribuídos os alunos pelas turmas? Quem os organiza?
- Como se organiza a recepção dos alunos (período de matrículas, semana de planejamento, primeiro dia de aula)?
- Como se controla a atividade dos alunos fora das horas de aula?
- Existe um serviço de transporte escolar?
- Como se acolhe na escola pública um aluno que vem da escola particular?
- A escola recebe alunos com deficiência? Que tipo de deficiência (visual, mental, auditiva, motora, múltiplas deficiências; TDAH....)?
- Estão previstos processos especiais para orientação e inscrição de alunos com deficiência em turmas normais? Que regulamentação municipal existe sobre a inclusão destes alunos?

Sobre o planejamento do ano letivo e organização do ano escolar é importante observar:

- Como se estabelece a previsão do número de vagas para o novo ano letivo?
- É realizado anualmente algum levantamento estatístico para abertura de vagas para o ano escolar seguinte?
- Existe um número mínimo de alunos para a criação de uma nova turma?

É preciso conhecer sobre a avaliação escolar. Neste sentido:

- Qual o tipo de avaliação adotado pela escola?
- Quais são os critérios de avaliação do rendimento escolar? Qual é a nota para aprovação? Quem participa da avaliação do aluno?
- Caso o aluno não consiga atingir as metas propostas existe recuperação?
- Como é feita a recuperação de estudos na escola?
- Como está regulamentada a recuperação de estudos?
- Existe recuperação paralela? Quais são os critérios e procedimentos usados?
- Existe recuperação final? Quais são os critérios e procedimentos usados?

5 ROTINA DA ESCOLA

Na verificação de que forma se dá a aproximação entre pais e escola, sugere-se o seguinte roteiro:

- Há reuniões periódicas com os pais? Com que frequência as mesmas acontecem?
- Que meios de comunicação são utilizados na comunicação entre os pais e a escola?:
 - caderneta escolar;
 - cadernos escolares visados pelos pais;
 - convocação individual para vinda à escola;
- O que é feito quando se constata que as comunicações não estão chegando aos pais?
- Os pais são convocados para a organização de festividades?

Além dos pais, é necessário conhecer a relação que a escola mantém com a comunidade.

Assim:

- Como se estabelece a ligação da escola com a comunidade?
- A escola oferta palestra a outros membros da comunidade que não tenham seus filhos matriculados na escola?
- Como a comunidade participa da vida da escola:
 - manutenção das instalações;
 - mobiliário escolar;
 - material escolar, material didático;
 - biblioteca;
- Os pais e outros adultos podem realizar atividades de apoio fora da escola (participar de uma excursão de caráter educativo, por exemplo)?

A escola, tal como os demais segmentos da sociedade, está sendo invadida pela onda de violência. Neste sentido, é importante verificar que medidas de segurança a escola para dar proteção aos seus alunos:

- A escola conta com o apoio da Patrulha Escolar?
- Quais as medidas adotadas em caso de violência escolar?

Na questão da segurança:

- Quais as instruções dadas em caso de alarme? Onde devem ser afixadas?
- Realizam-se exercícios para casos de incêndio?

As instalações da escola, em muitas das vezes, é o único espaço que a comunidade conta para realização de atividades extracurriculares. Assim,

- Que autorização é necessária e quais são as modalidades de ocupação das instalações escolares que estão previstas para as atividades extraclasse, tais como: estudos, clubes, cursos particulares, ensaios?
- Como se encontra organizada a vigilância e quais as responsabilidades das diferentes pessoas?
- Que autorização é necessária e quais as modalidades de ocupação das instalações escolares durante as férias escolares?

- Como são firmados os termos de compromisso?

6 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA (PPP)

Sobre o Projeto Político-Pedagógico da Escola se devem observar os seguintes aspectos:

Qual a concepção pedagógica adotada na instituição?
Quem participou da elaboração do PPP?

Outros assuntos merecem ser avaliados, tais como: currículo escolar, , organização (calendário) escolar, dentre outros.

Com relação ao Currículo Escolar:

- Quais as normas para organização curricular da escola? Quem decide sobre currículo? Como se procede para modificar o currículo, quando isto é necessário?
- Que documentação existe para orientação dos professores sobre currículos e programas?

A organização do ano escolar estão contempladas no PPP?, ou seja, há normas específicas para:

- data de abertura e encerramento das aulas, períodos de férias escolares;
- números de vagas, de turmas, de graus de ensino;
- estrutura pedagógica da escola;
- distribuição das turmas e dos horários;
- apresentação antecipada dos professores, antes dos alunos;
- atividades extraclasse;
- datas comemorativas;

7 PESSOAL: CORPO DOCENTE E DEMAIS FUNCIONÁRIOS

Com relação ao corpo docente:

- Na escola há incentivo para formação continuada?
- Na escola são ofertados cursos?
- Quem designa o professor que deve receber formação em serviço? O candidato é voluntário ou é designado pela equipe gestora? Em função de que critérios?
- Quando um professor sai para formação em serviço é substituído?
- Quando volta, transmite aos seus colegas o que aprendeu?

Verifique:

- Com que frequência são realizadas as reuniões?
- Quais são os assuntos tratados?
- Como são feitos os registros dos resultados das reuniões?
- Quais são as atribuições da reunião de professores?
- Qual a participação do diretor e da equipe pedagógica nas reuniões?
- A reunião de professores tem valor consultivo ou poder de decisões?

Uma instituição não é composta só por professores e alunos, pois, “todas as pessoas que trabalham na escola participam de tarefas educativas” (LIBÂNEO, 2001, p. 20). Assim, é importante averiguar como se dá a relação com os demais componentes da comunidade. Desta forma, deve-se pesquisar se:

- Todos funcionários técnico-administrativo e pessoal de apoio conhecem os seus direitos e os deveres funcionais?
- Todos os funcionários são da própria instituição ou há algum setor em que os serviços são terceirizados?
- É fornecido cursos de aperfeiçoamento para o desempenho das funções?

8 PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA ESCOLA

Segundo Libâneo (2001, p. 39), “a escola não pode mais ser considerada isoladamente de outros contextos, outras culturas, outras mediações”. É importante que a escola desenvolva projeto extramuros, tais como: combate ao analfabetismo; educação para a saúde; atividades culturais, entre outros.

A escola oferta atividade extraclasse?

- Competição esportiva;
- Atividades culturais e de lazer;
- Visitas e excursões educativas;
- Estudo dirigido;
- Aulas de recuperação.

Todos os questionamentos aqui mencionados são exemplos de como se realizar um mapeamento. Não significa que a ordem das perguntas devam ser seguidas rigorosamente e todas devam ser efetivamente realizadas. É importante ressaltar, que em qualquer diagnóstico é necessário considerar a realidade em que a instituição está inserida.

ANEXO G - ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NO CAMPO DE ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

EDUCAÇÃO INFANTIL

O Estágio na Educação Infantil se desenvolverá em três etapas: Berçário e Maternal II e Pré I e as atividades serão desenvolvidas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e no Pré II nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental.

CMEIs

Primeira etapa

- a) Visitar a escola para agendar os horários para a realização da observação das aulas.
- b) Entregar para o responsável o termo de compromisso, o qual deve ser devolvido preenchido (assinado e com o carimbo da instituição), juntamente com a ficha cadastral.
- c) Encaminhar à escola escolhida a Carta de Apresentação.
- d) Preencher a Ficha Cadastral.
- e) Elaborar um calendário juntamente com o Supervisor do Estágio e o Professor Regente e submeter à apreciação da Direção/Coordenação da Escola.
- f) Escolher um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEIs) que:
- g) Primeira etapa: atendam Berçários (crianças de 0 a 18 meses)
- h) Segunda etapa: atendam crianças do Maternal II e/ou Pré II (3 a 4 anos)
- i) Contatar, juntamente com o Supervisor do Estágio, com os Professores Regentes.
- j) Observar a rotina das crianças e dos professores

Segunda etapa - Prática

- a) Elaborar um projeto de intervenção/aplicação
- b) Construir materiais pedagógicos
- c) Aplicar o projeto de intervenção

MATERNAL E/OU PRÉ I

Primeira etapa

- a) Visitar a escola para agendar os horários para a realização da observação das aulas.
- b) Entregar para o responsável o termo de compromisso, o qual deve ser devolvido preenchido (assinado e com o carimbo da instituição), juntamente com a ficha cadastral.
- c) Encaminhar à escola escolhida a Carta de Apresentação.
- d) Preencher a Ficha Cadastral.
- e) Elaborar um calendário juntamente com o Supervisor do Estágio e o Professor Regente e submeter à apreciação da Direção/Coordenação da Escola.

- f) Escolher um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEIs) que:
 - a. Primeira etapa: atendam Berçários (crianças de 0 a 18 meses)
 - b. Segunda etapa: atendam crianças do Maternal II e/ou Pré II (3 a 4 anos)
- g) Contatar, juntamente com o Supervisor do Estágio, com os Professores Regentes.
- h) Observar a rotina das crianças e dos professores

Segunda etapa - Exploração do ambiente

- a) Assistir aulas na turma escolhida na Educação Infantil a fim de conhecer os alunos
- b) Utilizar o Roteiro de Observação de Aula (Anexo K) e anotar no seu diário de bordo seu parecer sobre a turma.

Terceira etapa

- a) Conversar com os Professores Regentes sobre o conteúdo que eles estão ministrando.
- b) Elaborar os Planos de Aula.
- c) Submeter os Planos de Aula à apreciação do Supervisor de Estágio e dos Professores Regentes.

Quarta etapa

- a) Ministras aulas na turma escolhida – 08 horas

Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Primeira etapa

- a) Visitar a escola para realizar e agendar os horários para a realização da observação das aulas.
- b) Entregar para o responsável o termo de compromisso, o qual deve ser devolvido preenchido (assinado e com o carimbo da instituição), juntamente com a ficha cadastral.
- c) Encaminhar à escola escolhida a Carta de Apresentação.
- d) Preencher a Ficha Cadastral.
- e) Elaborar um calendário juntamente com o Supervisor do Estágio e o Professor Regente e submeter à apreciação da Direção/Coordenação da Escola.
- f) Contatar, juntamente com o Supervisor do Estágio, com os Professores Regentes.

Segunda etapa - Exploração do ambiente:

- a) Assistir aulas do 1º ao 5º ano a fim de conhecer os alunos, perfazendo um total de 50 horas, as quais deverão ser divididas entre as cinco turmas.
- b) Utilizar o Roteiro de Observação de Aula e anotar no seu diário de bordo seu parecer sobre a turma.

Terceira etapa

- a) Conversar com os Professores Regentes sobre o conteúdo que eles estão ministrando.
- b) Elaborar os Planos de Aula.
- c) Submeter os Planos de Aula à apreciação do Supervisor de Estágio e dos Professores Regentes.

Quarta etapa

- a) Ministras aulas nas turmas escolhidas – 16 horas, as quais deverão ser subdivididas em dois momentos:
 - 08 horas nas turmas de 1º, 2º ano ou 3º ano
 - 08 horas nas turmas de 4º ou 5º ano.

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	PROCEDIMENTOS A SEREM DESENVOLVIDAS
Fundamentação Teórica	28 horas	Leitura e fichamento de bibliografia indicada.
Observação e coleta de dados	16 horas Berçário (CMEIs)	Acompanhamento e consulta documental.
	30 horas Maternal II e Pré-Escola I (CMEIs)	
	10 horas Escolas Municipais Pré II	
	1º ao 5º anos Escolas Municipais 50 horas	
Sistematização e Elaboração do Relatório do Mapeamento	08 horas	Tabulação e análise dos dados obtidos com o mapeamento da realidade educativa
Elaboração do Projeto de Intervenção	10 horas	Sistematização e análise dos dados obtidos na entrevista
Sistematização de todas as etapas desenvolvidas, contemplando análise das atividades e das experiências adquiridas, o alcance dos objetivos, as falhas e propostas para melhorias.	10 horas	Aplicação junto às crianças do Berçário (CMEI) e do Maternal II ou Pré-escola I
Organização do material elencado no estágio, como relatórios diários, fotos e demais documentos.	08 horas	Análise e aprovação
Plano de Aula	21 horas	Elaboração do planejamento conforme as orientações e conteúdo solicitado pelas Escolas
Docência Pré-escola	08 horas	Aplicação da docência
Docência nos Anos Iniciais	16 horas	
Seminário de Estágio	08 horas	Análise crítica e avaliação da função do estágio no curso de formação de professores e da intervenção na escola como contribuição social Trazer pessoal da Escola
Relatório final	08 horas	
Elaboração da Pasta de Estágio	12 horas	
TOTAL	240 horas	

ANEXO H - ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NO CAMPO DE ESTÁGIO: ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS/GESTÃO

Primeira etapa

- a) Visitar a escola para apresentar-se, entregar a Carta de Apresentação juntamente com a ficha cadastral;
- b) explicar os objetivos do estágio;
- c) Entregar para o responsável o termo de compromisso, o qual deve ser devolvido preenchido (assinado e com o carimbo da instituição), juntamente com a ficha cadastral, já preenchida
- d) Elaborar um calendário juntamente com o Supervisor do Estágio e submeter à apreciação da Direção/Coordenação da Escola.

Segunda etapa - Exploração do ambiente:

- a) Observar o contexto escolar, utilizando o Roteiro de Observação (Anexo L) e anotar no seu diário de bordo seu parecer sobre a organização da escola;
- b) Acompanhar o trabalho da equipe gestora da unidade escolar;
- c) Realizar o mapeamento da unidade escolar.

Terceira etapa

- a) Conversar com a equipe gestora para definição do projeto de intervenção;
- b) Elaborar o Projeto de Intervenção e submeter à apreciação do supervisor de estágio e equipe gestora da escola;

Quarta etapa

- Aplicar Projeto de Intervenção.

ENSINO FUNDAMENTAL EDUCAÇÃO ESPECIAL/GESTÃO

Primeira etapa

- a) Visitar a escola para apresentar-se, entregar a Carta de Apresentação (Anexo B), juntamente com a ficha cadastral;
- b) explicar os objetivos do estágio;
- c) Entregar para o responsável o termo de compromisso, o qual deve ser devolvido preenchido (assinado e com o carimbo da instituição), juntamente com a ficha cadastral, já preenchida (Anexo A).

Segunda etapa - Exploração do ambiente:

- d) Observar o contexto escolar, utilizando o Roteiro de Observação (Anexo C) e anotar no seu diário de bordo seu parecer sobre a organização da escola;
- e) Acompanhar o trabalho da equipe gestora da unidade escolar;
- f) Realizar o mapeamento da unidade escolar.

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

MODALIDADE	CARGA HORÁRIA	ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS
Fundamentação Teórica	45 horas	Leitura e fichamento de bibliografia indicada.
Observação e coleta de dados	35 horas	Observação participante e consulta documental.
Observação Educação Especial inclusiva	16 horas	Observação em contextos escolares do papel do gestor escolar, frente à inclusão de pessoas com deficiência.
Entrevista com professor/a da Sala de Recursos Multifuncionais ²	4 horas	Investigação quanto à concepção que permeia a prática pedagógica de professores frente à inclusão.
Entrevista com a equipe gestora	4 h	Investigação quanto à concepção que permeia a prática pedagógica da unidade escolar
Sistematização e Elaboração do Relatório do Mapeamento	12 horas	Tabulação e análise dos dados obtidos com o mapeamento da realidade educativa.
Elaboração do Projeto de intervenção	12 horas	Elaboração de projeto de intervenção.
Aplicação do Projeto de intervenção	20 horas	Aplicação do plano de trabalho e análise do resultado do mesmo
Seminário de Estágio	14 horas	Análise crítica e avaliação da função do estágio no curso de formação de professores e da intervenção na escola como contribuição social
Relatório final	14 horas	Sistematização de todas as etapas desenvolvidas, contemplando análise das atividades e das experiências adquiridas, o alcance dos objetivos, as falhas e propostas para melhorias.
Elaboração da Pasta de Estágio	14 horas	Organização do material elencado no estágio, como relatórios diários, fotos e demais documentos.
Sub-total	190 horas	

² No caso da escola não possuir SRM, a observação e entrevista poderão ser feitas em sala de aula em que tenha aluno (s) com deficiência matriculado (s).

PRÁTICA DO ESTÁGIO, REFERENTE AOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

MODALIDADE DE ESTÁGIO	CARGA HORÁRIA	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
Observação participante (6 ^a . ao 9 ^o . e Ensino Médio)	6 horas	Observação práticas de docência nas disciplinas pedagógicas do Curso de Formação de Docentes
Entrevista com a equipe gestora	4 horas	Investigação quanto à concepção que permeia a prática pedagógica da unidade escolar.
Sub-total	10 horas	
TOTAL	200 horas	

ANEXO I - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DE AULA

Professor Regente: _____

Escola: _____

Aluno estagiário: _____

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DE AULA (Preenchida pelo aluno estagiário)	
Nome da Escola: _____ Nome do professor da turma: _____ Ano: _____ Turma: _____ Turno: _____ N° de alunos: _____	
Horário de observação: Entrada: _____ Saída: _____	
Conteúdo Trabalhado	Tema:
Técnicas utilizadas	
Recursos	
Bibliografia utilizada	
Critérios de avaliação utilizados durante a aula	
Acontecimentos importantes observados	

Local: _____ Data: ____/____/____

Assinatura do estagiário

ANEXO J- ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DO CONTEXTO ESCOLAR/GESTÃO

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO – GESTÃO ESCOLAR

1. SOBRE A ESCOLA

- Localização da escola;
- Condições de acesso;
- Proximidade com centros comunitários, comércio, residências;
- Infraestrutura da escola;
- Total de alunos;
- Total de professores.

2. SOBRE OS DOCUMENTOS ESCOLARES

- **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**
 - Vinculação com as Diretrizes Nacionais de Educação;
 - Vinculação com o contexto social e político do momento;
 - Orientações para a estrutura curricular;
 - Avaliação.
- **REGIMENTO ESCOLAR**

3. SOBRE OS ALUNOS

- Perfil do aluno;
- Condições de aprendizagem;
- Problemas sociais que repercutem na escola.

4. SOBRE A EQUIPE GESTORA

- Metas da gestão;
- Canais estabelecidos com a comunidade;
- Quais as demandas que identifica;
- Qual a qualificação que possui;
- Como se integra às atividades escolares.

ANEXO L - ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO

O Relatório é um documento elaborado com a finalidade de apresentar e descrever informações relativas a fatos vivenciados, ouvidos ou observados ou historiar a execução de serviços e experiências.

O Relatório de Estágio visa fornecer informações relativas às experiências que o estagiário adquiriu durante um período determinado. A preocupação do relator deve ser o de deixar registrado todo caminho percorrido durante o estágio especificando detalhadamente os elementos importantes no desenvolvimento do mesmo.

O relatório deve responder as seguintes perguntas: Por quê? Para quê? Para quem? Onde? Como? Com quê? Quanto? Quando? Quem? Com quanto?

Na construção de um relatório devem ser observados os seguintes aspectos:

a) Uso adequado da linguagem e da gramática:

Os termos vocabulares devem refletir precisão e objetividade, lembrando-se que a informação, argumentação e conclusões científicas reportam-se à realidade objetiva e nunca à criatividade subjetiva do expositor.

Na prática de um relato científico, as expressões utilizadas são extensionais e denotativas, devendo-se evitar indicativos subjetivos tais como: “acho”, “penso que”, “julgo que” e adjetivações que obscureçam a objetividade dos dados referentes aos fatos ou à realidade estudada.

b) Assimilação e uso correto do vocabulário técnico-científico e estilo:

Embora tenha lugar comum a utilização dos termos técnicos específicos de uma área de conhecimento, o relator deve manter um equilíbrio em seu escrito, de tal maneira que o excesso técnico não dificulte em demasia a sua decodificação por parte dos leitores. A construção adequada das frases contribuirá para a manutenção de um estilo adequado de redação. Para tanto a frase deve expressar uma só ideia e os períodos não devem ser por demais longos.

ESTRUTURA DO RELATÓRIO

A estrutura do relatório compreende três partes: pré-textuais (folha de rosto e o sumário); textuais (introdução, desenvolvimento e conclusão) e pós-textuais (referências, apêndices e anexos).

Elementos Pré-Textuais

São chamados pré-textuais os elementos que contêm informações e ajudam na identificação e na utilização do trabalho.

Folha de rosto

É a parte indispensável no relatório. Deverá reproduzir todas as informações essenciais que identificam o trabalho (NBR 14724:2002), ou seja: autor (aluno);

Título; Nota indicando a natureza acadêmica do trabalho, além da unidade de ensino e instituição em que é apresentado; Local (cidade) e Ano (em algarismos arábicos).

Exemplo:

ALUNO
RELATÓRIO
Relatório de estágio supervisionado em xxxxx apresentado no Curso de Licenciatura em Pedagogia, da UNESPAR – campus Paranaguá.
CIDADE
ANO

Sumário

Elemento obrigatório. É a indicação do conteúdo do documento, refletindo as principais divisões e seções na mesma ordem e grafia em que se apresentam no texto (NBR 6027:1990).

Exemplo:

- 1 SEÇÃO PRIMÁRIA
- 1.1 SEÇÃO SECUNDÁRIA
- 1.1.1 Seção terciária

Obs.: todos os itens
devem ser alinhados à
esquerda

1.1.1.1 Seção quaternária

1.1.1.1.1 Seção quinária

ELEMENTOS TEXTUAIS

Introdução

A Introdução é a primeira parte do texto e define brevemente os objetivos do trabalho, as razões de sua elaboração e o modo geral de tratar o assunto. O estagiário deverá estar atento ao fato de que uma introdução bem redigida canaliza atenção, coordena o assunto e evita digressões, podendo ser considerada um elo entre o conteúdo e o leitor, desafiando-o e estimulando-o a ler. Deve ser breve, mas suficientemente descritiva, apresentando os requisitos mínimos para a compreensão do texto (VIEIRA, 2005).

Desenvolvimento (corpo do relatório)

Obs.: Não se deve utilizar a palavra desenvolvimento, para cada item ou capítulo devem ser atribuídos títulos de acordo com o assunto estudado.

No Desenvolvimento devem ser apresentados os seguintes itens:

- a) descrição geral do local de estágio (mapeamento da instituição);
- b) descrição das atividades desenvolvidas (informar total de horas de cada atividade, detalhar cada etapa do estágio);
- c) descrição dos processos técnicos ou de outras particularidades técnicas observadas;
- d) Fundamentação Teórica: ao apresentar ideias já discutidas por teóricos, quer na íntegra ou parafraseadas, é necessário citar a fonte apresentando: autor, data e número da página de onde foi retirada a ideia do autor. Dessa forma, para que se possa elaborar esse item é necessário recorrer à literatura pertinente o embasamento necessário para a embasar o relatório. É aqui que se utilizam as citações para servem para confirmar ou contradizer aquilo que se expõe. É isso que dá cientificidade a um texto acadêmico.

Lembrete:

A respeito das citações, observe:

- transcrição literal até três linhas (citação curta) deve ser inserida no próprio texto, entre aspas.
- as citações longas com transcrição mais de três linhas devem vir recuadas da margem a 4 cm, digitadas em espaço simples, letra menor, sem abertura de parágrafos e sem aspas. Sempre que o autor for mencionado no corpo do texto deve ser digitado em caixa baixa (letra minúscula), claro que obedecendo as regras da língua portuguesa de que nome próprio se inicia com letra maiúscula e ao final da mesma deve vir entre parênteses e digitado em caixa alta (letra maiúscula, seguido

do ano e página). Após o ano deve-se colocar vírgula (,) e depois p. e o número da página. Por exemplo, Santos (1992, p. 30). Se o autor aparecer ao final da citação deve vir entre parênteses, digitado em caixa alta, exemplo (SANTOS, 1992, p. 30).

- A abreviatura de página é p.
- Quando a transcrição literal (citação) ultrapassa mais de uma página, os números das mesmas devem ser separados por hífen.

DICAS IMPORTANTES!!!!

- não se deve iniciar e nem terminar um texto com citação, exceto quando se tratar de epígrafe;
- entre uma citação e outra se deve de fazer um comentário.
- a literatura deve apenas para dar cientificidade (embasamento) ao texto.
- mencionar os autores consultados, pois citar algo e não referenciar a fonte é plágio e plágio é crime.

Todos os autores citados na fundamentação teórica ou em qualquer uma das partes do relatório devem constar da listagem final das Referências e vice-versa.

Conclusão ou Considerações Finais

A última parte do relatório contempla a conclusão do Estágio. Neste item o estagiário deve explanar suas opiniões sobre os diversos aspectos verificados na comparação da teoria com a prática e, obrigatoriamente, apresentar uma reflexão crítica quanto ao valor do estágio para a sua formação profissional. É importante que se faça propostas e recomendações

ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

Referências

Nas Referências (não se coloca a palavra bibliográficas) e devem ser listadas somente os autores citados no texto e, vice-versa, todos os autores mencionados no texto devem constar nas referências. Não se deve esquecer que as mesmas devem aparecer em ordem alfabética, ser digitadas em espaço simples (entre um autor e outro – espaço duplo) e, conforme as normas da ABNT.

Apêndices

Aqui se deve transcrever o roteiro da entrevista, quando for o caso, o plano de aula e o roteiro de observação das aulas.

Anexos

Este espaço é reservado para anexar as fichas de registro de atividades, avaliação do estagiário, auto avaliação.

FORMATAÇÃO DO RELATÓRIO

PAPEL E DIGITAÇÃO

O papel utilizado em um trabalho científico deve ser formato

- A4 (21 x 29,7 cm).
- A letra (fonte) recomendada é a Arial deve ser tamanho 12.
- O texto deve ser alinhado à direita. Evite a hifenização (separação das palavras ao final das linhas).

MARGENS

- Margem esquerda: 3cm
- Margem direita: 2 cm
- Margem superior: 3cm
- Margem inferior: 2 cm

ESPACEJAMENTO

- O espaçamento entre as linhas deve ser 1,5.
- O parágrafo deve iniciar a 1,25 cm da margem esquerda e não se deve deixar espaço entrelinhas diferenciado entre eles.

PAGINAÇÃO

- Todas as folhas do trabalho, a partir da folha de rosto devem ser contadas sequencialmente, mas não numeradas.
- A numeração é colocada a partir da primeira folha da parte textual (introdução), em algarismos arábicos, no canto superior direito da folha, a 2cm da borda superior.

RESOLUÇÃO Nº 001/2019 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Coordenação do Colegiado de Pedagogia da Unespar Campus Paranaguá tornam públicas as normas relativas à elaboração, orientação, defesa e informações do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

1. Quanto aos critérios

- a) Os alunos deverão escolher o tema da pesquisa a ser desenvolvida e o professor que orientará o trabalho levando em consideração as Linhas de Pesquisa, as áreas de atuação dos docentes do curso, bem como, as vagas disponíveis em cada linha de pesquisa (Anexo A).
- b) Cada professor do Colegiado poderá ter, no máximo, 10 (dez) orientações de TCC sendo cinco alunos do 3º (terceiro) ano e cinco do 4º (quarto) ano.
- c) A confirmação da escolha do orientador e do tema da pesquisa será feita por meio do preenchimento em duas vias da FICHA DE ACEITE (Anexo B) que, obrigatoriamente, deverá ser assinada, tanto pelo professor orientador, quanto pelo(s) orientando(s). Uma via da FICHA DE ACEITE deverá ser entregue ao Coordenador do Colegiado e a outra via fica com o(s) orientando(s).

2. Quanto à orientação e elaboração dos TCC's para os alunos do 3º (terceiro) ano

- a) Participar de, no mínimo, 6 (seis) reuniões de orientação com o professor orientador; as reuniões entre professor orientador e orientandos serão documentadas mediante o preenchimento, em duas vias, da FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ORIENTAÇÃO (Anexo C). Ao final do ano letivo os orientandos deverão entregar o projeto de pesquisa ao orientador.

3. Dos critérios de elaboração e orientação dos TCCs para os alunos do 4º (quarto) ano

- a) Deverão ocorrer, no mínimo, 10 (dez) reuniões de orientação com o professor orientador; as reuniões entre professor orientador e orientandos serão documentadas mediante o preenchimento, em duas vias, da FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ORIENTAÇÃO (Anexo C).
- b) Ao final dos trabalhos, uma via da FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ORIENTAÇÃO deverá ser entregue ao Coordenador de TCC's em data definida (Edital de datas e prazos) e a outra via ficará com o orientando.
- c) Como parte do processo de avaliação dos TCC's, os acadêmicos deverão submeter seu trabalho a qualificação por um professor indicado pelo orientador, seguindo a afinidade temática do professor com o tema do trabalho, em data prevista em edital, devendo ser encaminhada ao Coordenador do Colegiado e/ou Coordenador de TCC, o parecer do qualificador, em ficha própria a ser publicado em edital.

4. Das defesas

- a) Os TCC's serão entregues em 3 (três) vias impressas, para o Coordenador do Colegiado e/ou TCC e uma versão digital em formato Word para cada membro da banca, enviado por e-mail. O aluno que não entregar no prazo previsto perderá o direito de defender.
- b) As bancas serão compostas pelo orientador, o docente que qualificou o trabalho e um docente definido pela coordenação de curso.
- c) As sessões de defesa serão públicas e após a defesa, sendo aprovado, os acadêmicos terão um prazo de 10 dias para a entrega da versão final do TCC em pen drive, com arquivo no formato PDF.

Paranaguá, 10 de abril de 2019.

REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º Entende-se como Atividade Complementar (AC) as atividades ligadas à formação acadêmica do aluno e que sejam complementares aos conteúdos ministrados nas disciplinas constantes do currículo do curso de Graduação em que se encontram matriculados.

Art. 2º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências do aluno, inclusive fora da universidade.

§ 1º As Atividades Complementares são aquelas com conhecimento da Instituição, porém individualmente organizadas para o enriquecimento da formação acadêmica do aluno.

Art. 3º Consideram-se como Atividades Complementares os seguintes tipos de atividades:

- I. de ensino que se diferenciam da concepção tradicional de disciplina pela liberdade de escolha, de temáticas na definição de programas ou projetos de experimentação e procedimentos metodológicos;
- II. de extensão que constituam uma oportunidade da comunidade interagir com a Universidade, construindo parcerias que possibilitam a troca de saberes popular e acadêmico com aplicação de metodologias participativas;
- III. de pesquisa que promovam a formação da cidadania profissional dos acadêmicos, o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento compartilhado sobre a realidade e alternativas de transformação;
- IV. de administração universitária, uma vez que o ambiente universitário é um espaço para a aprendizagem do aluno;
- V. Atividades mistas de Ensino, Pesquisa, Extensão e/ou Administração universitária que promovam a indissociabilidade e articulação teoria e prática.

Atividades Complementares de Ensino

- **Indicador de limite de carga horária.**

ATIVIDADES DE ENSINO	LIMITE DE CARGA HORÁRIA
ENS 01 Disciplinas não previstas no currículo pleno que tenham relação com o curso, na modalidade presencial ou à distância	ENS 01 Até 128 horas.
ENS 02 Atividades desenvolvidas no PET (Programa de Educação Tutorial).	ENS 02 Até 100 horas
ENS 03 Estágio não obrigatório(extracurriculares)	ENS 03 Até 100 horas
ENS 04 Participação como bolsista ou voluntário em programa de monitoria com relatório de avaliação e/ou declaração da Direção de Ensino.	ENS 04 Até 70 horas
ENS 05 Participação como voluntário em Projeto de Ensino com declaração expedida pela Direção de Ensino e/ou Coordenador do Projeto.	ENS 05 Até 70 horas
ENS 06 Participação em Projeto de Ensino envolvendo Pesquisa de Campo.	ENS 06 Até 100 horas
ENS 07 Excesso de créditos em disciplinas Optativas, computar como Eletiva.	ENS 07 Até 128 horas
ENS 08 Curso de Línguas estrangeiras	ENS 08 Até 80 horas
ENS 09 Disciplinas não prevista no currículo pleno que tenham relação com o curso, realizadas no exterior.	ENS 09 Até 100 horas
ENS 10 Participação em eventos de monitoria e outros que tenham relação com o ensino de graduação, e que não sejam oriundas de atividades de disciplinas curriculares. Com comprovante de participação expedido pela organização do evento.	ENS 10 Até 100 horas
ENS 11 Atividades Pedagógicas	ENS 11 Até 120 horas
ENS 12 Outras atividades de ensino relevantes devidamente comprovadas e aprovadas pelo Colegiado do Curso.	ENS 12 Até 100 horas

Atividades Complementares de Extensão

- **Indicador de limite – Curso**

ATIVIDADES DE EXTENSÃO	LIMITE DE CARGA HORÁRIA
EXT 01 Participação em Curso de extensão presencial ou a distância, que tenham relação com o curso, na modalidade presencial ou à distância.	EXT 01 Até 100 horas
EXT 02 Participação em eventos culturais, técnicos, científicos, artísticos, esportivos e recreativos, que não sejam oriundas de atividades de disciplinas curriculares. Com comprovante de participação expedido pela organização do evento.	EXT 02 Até 100 horas
EXT 03 Participação em cursos, minicursos ou palestras, com certificado de frequência expedido pela organização do evento.	EXT 03 Até 100 horas
EXT 04 Apresentação de trabalhos em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, cursos, palestra, encontros, festivais e similares, com relatório de participação e certificado de aproveitamento e/ou frequência.	EXT 04 Até 100 horas
EXT 05 Publicação de artigo em jornal, revista especializada e/ou científica da área com corpo editorial	EXT 05 Até 100 horas
EXT 06 Produção de eventos culturais, científicos, artísticos, esportivos, recreativos entre outros de carácter compatível com o curso de graduação, que não oriundas de atividades de disciplinas curriculares.	EXT 06 Até 100 horas
EXT 07 Apresentação (pôster, oral ou oficina) em evento de extensão	EXT 07 Até 40 horas
EXT 08 Participação como bolsista ou voluntário em Projeto de extensão como declaração de participação expedida pela Direção do Extensão e/ou Coordenador do Projeto.	EXT 08 Até 20 horas
EXT 09 Participação em vista técnica, organizada por professor e/ou pelo colegiado de origem e quando vinculada a atividade de disciplina curriculares, com declaração de participação expedida pela chefia/coordenação de cursos	EXT 09 Até 20 horas
EXT 10 Participação como palestrante em atividades institucionais, como certificado expedido pela coordenação do evento	EXT 10 Até 40 horas
EXT 11 Participação como ministrante em minicurso com até 08 horas de	EXT 11

duração em atividades institucionais, com certificado expedido pela **Até 40 horas** coordenação do evento.

EXT12

Participação como ministrante em minicurso com duração superior a 8 horas em atividades institucionais, com certificado expedido pela **Até 70 horas** coordenação do evento.

EXT 12

EXT 13

Projeto de Extensão

EXT 13

Até 100 horas

EXT 14

Outras atividades de extensão relevantes devidamente comprovadas e aprovadas pelo colegiado de curso. **Até 100 horas**

EXT 14

Atividades Complementares de Pesquisa

- **Indicador de limite de carga horária**

ATIVIDADES DE PESQUISA

LIMITE DE CARGA HORÁRIA

PES 01

Artigo publicado em Periódico indexado.

PES 01

Até 100 horas

PES 2

Livro.

PES 02

Até 120 horas

PES 03

Capítulo de Livro.

PES 03

Até 100 horas

PES 04

Trabalho Publicado em Anais de Evento Técnico Científico: resumido ou completo (expandido). **Até 100 horas**

PES 04

PES 05

Texto em Jornal ou Revista (magazines).

PES 05

Até 50 horas

PES 06

Participação como bolsista 20 horas do Programa de Iniciação Científica PIBIC e outras bolsas que tenham relação com a pesquisa. **Até 100 horas**

PES 06

PES 07

Participação em eventos culturais, científicos, artísticos, desportivos, recreativos, entre outros, de caráter compatível com o curso de graduação, que não sejam oriundas de atividades de disciplinas curriculares. **Até 100 horas**

PES 07

PES 08

Participação como palestrante, conferencista, integrante de mesa-redonda, ministrante de minicurso em evento científico, com certificado expedido pela coordenação do evento. **Até 70 horas**

PES 08

PES 09

Apresentação oral ou pôster em evento de pesquisa.

PES 09

Até 40 horas

PES 10

Prêmios concedidos por instituições acadêmicas, científicas, desportivas ou artísticas. **Até 40 horas**

PES 10

PES 11 Participação na criação de Software Computacional, publicado.	PES 11 Até 70 horas
PES 12 Participação na criação de Software Multimídia publicado.	PES 12 Até 70 horas
PES 13 Participação na criação de Produto Tecnológico (aparelho, equipamento, fármacos e similares, instrumentos e outros) em forma de projeto.	PES 13 Até 70 horas
PES 14 Participação na criação de Produto Tecnológico (aparelho, equipamento, fármacos e similares, instrumentos e outros) na forma de Protótipo.	PES 14 Até 100 horas
PES 15 Participação na criação de Produto Tecnológico (aparelho, equipamento, fármacos e similares, instrumentos e outros) na forma de Estudo Piloto.	PES 15 Até 120 horas
PES 16 Participação em Relatórios, processos e pareceres ligados à área de pesquisa em: Analítica; Instrumental; Pedagógica, Processual; Terapêutica; Técnicos.	PES 16 Até 100 horas
PES 17 Participação em restauração de obras (de arquitetura, desenho, fotografia, escultura, gravura, pintura, acervos bibliográficos, trajes ou figurinos e arquivísticos históricos) e similares.	PES 17 Até 120 horas
PES 18 Participação na elaboração de Mapa, Carta ou similar.	PES 18 Até 120 horas
PES 19 Projeto de Pesquisa	PES 19 Até 100 horas
PES 20 Outras atividades de pesquisa relevantes devidamente comprovadas e aprovadas pelo colegiado de curso.	PES 20 Até 100 horas

Atividades Complementares de Administração Universitária

- **Indicador de limite de carga horária**

ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

	LIMITE DE CARGA HORÁRIA
ADM 01 Participação estudantil nos Colegiados de Curso.	ADM 01 Até 20 horas
ADM 02 Participação estudantil no Conselho de Centro.	ADM 02 Até 30 horas
ADM 03 Participação estudantil nos Conselhos Superiores da UNESPAR.	ADM 03 Até 60 horas

ADM 04

Participação estudantil, como titular, em Comissões Permanentes da UNESPAR. **Até 50 horas**

ADM 04

ADM 05

Participação em cargo diretivo:

- no Diretório Acadêmico, apresentando cópia do Estatuto e da ata de posse/eleição e validada pela atual gestão;

ADM 05

- no Centro Acadêmico, apresentando cópia do Estatuto e da ata de posse/eleição e validada pela atual gestão: **Até 30 horas**

- no Centro Atlético, apresentando cópia do Estatuto e da ata de posse/eleição e validada pela atual gestão.

ADM 06

Participação em Empresa Júnior ou Escritório Modelo da UNESPAR, com declaração do professor tutor da empresa:

a) Em cargo diretivo.

b) Em cargo de assessor.

c) Participante.

ADM 06

a) em **cargo diretivo**, cada semestre equivale 30 horas, (totalizando no **máximo 90 horas**).

b) em cargo de **assessor** cada semestre equivale a 20 horas, (totalizando no **máximo 60 horas**).

c) como **participante**, cada semestre equivale a 10 horas, (totalizando no **máximo 30 horas**).

Atividades Complementares mistas de Ensino, Pesquisa, Extensão e/ou Administração Universitária.

- **Indicador de limite de carga horária**

ACM 01 Atividades realizadas em laboratórios, estúdios, linhas de montagem, mesas de edição, editoras, Clínicas, Hospitais, Associações, ONGs, Centros esportivos. **Até 120 horas**
Devidamente comprovado e **EXCLUINDO** da totalidade da somatória da carga horária, nos casos previstos de disciplinas obrigatórias, e demais casos constantes no Projeto Pedagógico do curso.

ACM 02

Participação como bolsista em Programa de Apoio Discente com declaração da Direção de Centro, quando no Campus e quando a atividade for desenvolvida na Reitoria, a declaração será fornecida pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. As atividades para serem validadas devem estar com consonância com os objetivos do curso e perfil profissional a ser formado. **Até 100 horas**

ACM 02

ACM 03

ACM 03

Participação em atividades comunitárias, com apresentação de declaração do responsável da entidade beneficiada. **Ate 100 horas**

ACM 04

Participação em órgão de representação de classe (Estadual e Federal), com apresentação do respectivo órgão. **Até 90 horas**

ACM 04

Até 90 horas

ACM 05

Participação em audiência pública dos Conselhos Municipal, Estadual e Federal, com apresentação de declaração do respectivo Conselho. **até 60 horas**

ACM 05

até 60 horas

ACM 06

Projetos ou relatórios desenvolvidos no âmbito profissional reconhecido pela chefia imediata. **Até 90 horas**

ACM 07

Até 90 horas

ACM 07

Participação do aluno em projetos desenvolvidos pelo Diretório Acadêmico, Centro Acadêmico, Centro Estudantil e Empresa Júnior. **Até 60 horas**

ACM 08

Até 60 horas

ACM 08

Atividades desenvolvidas como bolsista no PIBID(Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência). **Até 100 horas**

ACM 09

Até 100 horas

ACM 09

Participação como mesário em processo eleitoral organizado pelo Tribunal Regional Eleitoral ou pela UNESPAR.

ACM 10

Cada participação em processo eleitoral (incluindo 2º turno, se houver), equivale a 15 horas. (no máximo totalizar 60 horas)

ACM 10

Atividades profissionais, devidamente comprovadas.

ACM 10

Até 100 horas

ACM 11

Produção artística

ACM 11

Até 100 horas

ACM 12

Monitoria Acadêmica

ACM 12

Até 100 horas

ACM 13

Produção Artística

ACM 13

Até 100 horas

ACM 14

Curso de informática

ACM 14

Até 80 horas

ACM 15

Atividades artísticas

ACM 15

Até 80 horas

ACM 16

Outras atividades relevantes devidamente comprovadas e aprovadas pelo colegiado de curso. **Até 100 horas**

ACM 16

Até 100 horas